



ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MURÇA

27 DE FEVEREIRO DE 2020

PRESIDENTE	António Augusto Ribeiro
1ª SECRETÁRIA	Cláudia Alexandra da Cruz O.G. e Vilaverde
2º SECRETÁRIO	Carlos Alberto Morais de Oliveira

LOCAL DA REUNIÃO	Sede Junta da União de Freguesias Noura/Palheiros, em Noura
-------------------------	--

MEMBROS PRESENTES	22 (última folha da ata)
MEMBROS AUSENTES	00(última folha da ata)

HORA DE ABERTURA	17:10 Horas
HORA DE ENCERRAMENTO	21:00 Horas

PRESENÇAS CÂMARA MUNICIPAL

PRESIDENTE	Mário Artur Correia Lopes
VICE-PRESIDENTE	António Luís Marques
VEREADORA	Vilma Cláudia Ribeiro Pereira
VEREADORA	Ana Paula Rodrigues da Cruz

FALTAS DA CÂMARA MUNICIPAL

VEREADOR	Raul António Ribeiro Luís
-----------------	----------------------------------

- O Presidente da Assembleia Municipal, António Augusto Ribeiro, cumprimentou todos os presentes, dirigindo uma saudação especial aos colaboradores da autarquia pelo apoio dado com a descentralização destas sessões da Assembleia Municipal e ao Sr. Presidente da União de Freguesias de Noura e Palheiros, Luís Miranda e restante executivo pela prontidão e disponibilidade demonstrada em se realizar esta sessão na sua freguesia. Disse ainda, que com esta sessão e com o objetivo de descentralizar, já se realizaram Assembleias Municipais em todas as Juntas e Uniões de Freguesias do nosso Concelho.

Conforme preceitua a alínea c) do nº 1 do art.º 30 da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, declarou abertos os trabalhos desta Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Murça, do dia 27 de fevereiro de 2020 e informou que como a sessão é ordinária, conforme art.º 20º, do regimento, vai ter os seguintes períodos:

Período de Antes da Ordem do Dia

Período da Ordem do Dia

Período de Intervenção do Público

Período Antes da Ordem do Dia

“Apreciação da Ata da Sessão do dia 22/11/2019”

Votação:

<i>Votantes</i>	20
<i>Abstenção</i>	04
<i>Contra</i>	00
<i>A Favor</i>	16

Deliberação: aprovada por maioria

Votaram a favor:

Votaram contra:

Abstiveram-se: Os deputados do PS Manuel Ramos, Paula Catarino e Lisete Nascimento e a deputada do PSD, Judite Aires Sousa.

Declaração de Voto: “As deputadas Paula Catarino, Lisete Nascimento e Judite Aires Sousa referiram que o motivo pelo qual se abstiveram foi por não terem estado presentes na sessão em apreço”.

_____/_____/_____

- O Presidente da assembleia Municipal, António Augusto Ribeiro, deu nota do expediente recebido e disse que o mesmo se encontra disponível para ser consultado, se assim o entenderem.

Leitura do Expediente
(Alínea b) do n.º 2 do artº 21º do Regimento)

O Presidente da Assembleia Municipal informa os Srs. deputados, que a correspondência recebida se encontra na sala para ser consultada, distribuindo o resumo do recebimento da mesma:

ANAM:

- Remete para conhecimento a declaração política da ANAM que foi apresentada no XXIV Congresso da ANMP;

Deputado da Assembleia da República, Ascenso Simões:

- Remete Nota de Imprensa – Transparência e imunidades parlamentares;

Associação 2000:

- Remete informação sobre Palestra – Medidas de apoio ao emprego na área da deficiência;

ANMP:

- Remete Boletim da ANMP;

ANAM:

- Remete informação sobre o livro “A Valorização do Papel e da Eficácia das Assembleias Municipais”;

EsACT-IPB:

- Remete convite para participar no Seminário Internacional “A Arte de Governar e a Importância de Indicadores para Bem Governar”;

ANAM:

- Remete informação sobre o novo endereço eletrónico;

Grupo Parlamentar Os Verdes:

- Remete informação sobre o Projeto de Resolução do PEV – Medidas para erradicar o uso do Glifosato;

Assembleia Municipal de Fafe:

- Agradeceu e retribuiu os Votos de Boas Festas;

Grupo Parlamentar Os Verdes:

- Remete informação sobre o Projeto de Resolução do PEV – reversão da privatização dos CTT;

Delegação de Murça da Cruz Vermelha Portuguesa:

- Remete convite para o Concerto Litúrgico;

Agrupamento de Escolas de Murça:

- Remete convite para a Ceia de Natal;

CSRC Vila Verde:

- Remete convite para a Tradicional feira de Reis/Concurso Pecuário e para o Almoço típico do Dia de Reis;

Grupo Parlamentar Os Verdes:

- Remete para conhecimento uma pergunta dirigida ao Ministério da Educação sobre a Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania;

ANAM:

- Solicita o preenchimento de um Inquérito;

Diversas Instituições:

- Enviaram os Votos de Boas Festas;

Grupo Parlamentar Os Verdes:

- Remete para conhecimento a resposta do Ministro da Educação à pergunta que lhe foi dirigida sobre a Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania;

ANAM:

- Remete Newsletter Jurídica 30/12/2019 a 10/01/2020;

ANAM:

- Remete informação sobre o livro intitulado “ O Estatuto do Direito de Oposição nas Autarquias Locais”;

ANAM:

- Remete Newsletter Jurídica – 13 a 24 janeiro 2020;

ANAM:

- Remete proposta da Sociedade de Projetos, Investimentos e Desenvolvimento de Empresas, para apreciação;

ANAM:

- Remete Newsletter Jurídica – 27 a 07 fevereiro 2020;

ANAM:

- Remete informação sobre os Prémios ANAM;

Joaquim Pinto:

- Justificação pela ausência à sessão do dia 27/02/2020;

João Carlos Gomes:

- Justificação pela ausência à sessão do dia 27/02/2020;

ANAM:

- Remete informação sobre o 2º Congresso Nacional da ANAM;

Pedro Teixeira:

- Justificação pela ausência à sessão do dia 27/02/2020.

_____/_____/_____

“Outros Assuntos de Interesse para o Município”

- O deputado do PS, Arménio Ribeiro, cumprimentou todos os presentes e disse que sempre defendeu a descentralização destas sessões e que em sua opinião não devem ficar apenas pelas sedes das Juntas de Freguesia, até porque existem aldeias com equipamentos capazes, onde estas sessões se poderão lá realizar.

Também as sessões do executivo da Câmara Municipal devem ser descentralizadas, pois trata-se de mais um passo no caminho da descentralização e da aproximação do poder às populações, em sua opinião a sessão ordinária de abril deve ser feita na vila de Murça e na data de 25 de abril, mas não no auditório da Câmara deve procurar-se outro espaço, como por exemplo no Centro Interdisciplinar, Transfronteiriço e Inter-Regional de Memória da Educação (CITRIME-MURÇA), referindo que aquele espaço tem tido alguma dinâmica e representa a memória e a história, como tal, um local apropriado para celebrar o 25 de Abril.

Manifestou preocupação com o coronavírus e a doença covid-19 e desafiou a Câmara a tomar medidas cautelares urgentemente, como sejam um eficaz programa de informação e sensibilização da população, e essencialmente preparar-se um conjunto de medidas proactivas de forma a minimizar o risco de contágio, como por exemplo o reforço da higienização de todos os espaços públicos com

particular incidência aqueles que são bastante frequentados como as escolas, biblioteca, câmara, entre outros, disponibilizar saboneteiras; antissépticos; kits desinfetantes.

Alertou ainda para a necessidade de criar rapidamente um grupo de trabalho municipal para acompanhar esta situação que pode rapidamente tomar proporções nunca vistas em Portugal.

Alertou para a desinfecção e pulverização dos espaços públicos como as principais artérias da vila e do concelho e espaços de fácil contágio como os multibancos.

Realçou o externo cuidado a ter com as comunidades mais vulneráveis, como seja os lares de idosos e as unidades de saúde.

Questionou sobre o ponto de situação relativamente à homenagem aos Presidentes da Assembleia Municipal.

Saudou o regresso de emigrantes ao território, concretamente a um casal de Fiolhoso com filhos que se estabeleceu comercialmente em Murça, realçando que este deve ser um eixo estratégico de desenvolvimento local, ou seja, captar as comunidades emigrantes a estar mais dias no nosso território. Por último, sugeriu uma homenagem a D. Ximenes Belo, Bispo que foi agraciado com o Nobel da Paz de 1996, pelo seu trabalho "em prol de uma solução justa e pacífica para o conflito em Timor-Leste" e que tem fortes ligações de amizade a Fiolhoso e ao Concelho de Murça, é nosso dever potenciar essas ligações e homenagear quem tão vasta obra deixou no mundo e tem ligações ao nosso território.

- O Presidente da Assembleia Municipal, António Augusto Ribeiro, esclareceu o deputado Arménio que relativamente à homenagem aos Presidentes da Assembleia Municipal que foi proposta na última assembleia, têm estado a trabalhar no assunto e que já têm a listagem com os nomes e as datas em que foram eleitos. Disse ainda, que apenas um Presidente da Assembleia já não está entre nós, mas que irão ser contactados os filhos. Reitera que a atividade irá ser organizada da melhor forma possível e que a seu tempo se irá dar conhecimento público, da data e do lugar onde a mesma se irá realizar. Quanto à possibilidade de se fazer a Sessão Ordinária de abril, no Centro Interdisciplinar, Transfronteiriço e Inter-Regional de Memória da Educação (CITRIME-MURÇA), disse que é uma hipótese a considerar.

Chegou à sessão o deputado do PSD, Daniel Faceira

- O Presidente da Câmara Municipal, Mário Artur Lopes, começou por cumprimentar todos os presentes e disse registar aquilo que o deputado Arménio referiu na sua intervenção. Esta é mais uma

Assembleia Municipal descentralizada, deste mandato, procurando criar uma aproximação àqueles que representam. Aproveitou para agradecer ao Presidente da União de Freguesias de Noura e Palheiros, Luís Miranda pela disponibilidade daquele espaço, aludindo que o mesmo tem excelentes condições para se fazerem outras atividades, para além de Assembleias Municipais. Cumprimentou ainda os restantes elementos da mesa, deputados de ambas as bancadas e o público presente, agradecendo a presença de todos.

Sobre a homenagem aos Presidentes da Assembleia Municipal, disse que a disponibilidade da Câmara é total e que colocará à disposição os meios necessários para que a atividade se realize, quer seja no 25 de abril que é um dia especial pelo dia que representa, quer seja em outra data que entendam mais oportuno.

Disse que o deputado Arménio tem dado bastantes sugestões e ainda bem. Elas devem ser feitas e avaliadas em cada momento, até porque existem outros nomes que merecem ser falados e também homenageados.

Homenagear e apoiar quem regressa ao Concelho é uma obrigação de todos.

Sobre a profilaxia relacionada com o Coronavírus, disse que as entidades competentes têm de ter regras, que em sua opinião devem ser muito bem definidas, naquilo que são os comportamentos. Entende que não se deve alarmar mais do que o necessário. É verdade que os episódios do passado felizmente não nos afetaram muito, mas nunca se sabe quando isso poderá acontecer. Disse que teve uma conversa com o diretor do Centro de Saúde, sobre o assunto. Há orientações que estão a chegar a todo o momento. Na reunião do Conselho Geral da CIM, realizada no dia anterior, em Mesão Frio, onde estiveram representados os 19 municípios que constituem a CIMDOURO, este também foi um assunto abordado. Reitera que é necessário haver cuidado e estar atento, mas não nos devemos alarmar nem precipitar mecanismos inadequados e nunca iria propor fosse o que fosse, sem orientações dos responsáveis da área da saúde fortemente envolvidos. Achou interessante a ideia de contactar outras instituições que por vezes nem sequer são instituições públicas, mas que estão abertas ao público, sejam Bancos ou Lojas Comerciais, mas, no fundo, é cumprindo regras que as entidades competentes nesta matéria sabem como ser levadas a cabo e cumpridas.

- O Presidente da União de Freguesias de Noura/Palheiros, Luís Miranda, começou por saudar o Sr. Presidente da Assembleia e restante mesa, Srs. Vereadores, deputados de ambas as bancadas, colegas Presidentes de Junta e uma saudação especial ao público presente.

Agradeceu ao Sr. Presidente da Assembleia pelo desafio que lhe lançou, aludindo que é a primeira vez que se realiza em Noura uma Assembleia Municipal e lembrou que em Palheiros, tal como aqui em Noura existe uma sala com condições e totalmente disponível, para que também lá se possam realizar

sessões como esta, se assim o entenderem. Reitera que enquanto este equipamento estiver à sua responsabilidade, ele estará disponível para qualquer Instituição do Concelho que o solicite, seja para fazer uma reunião ou para ministrar um curso, como aconteceu recentemente com um curso que aqui foi dado pelo Centro de Gestão.

Disse que não iria falar de obras, porque entende que este não é o momento certo para o fazer, até porque na reunião realizada no passado mês de dezembro, na Câmara Municipal, o executivo da União de Freguesias teve a oportunidade de apresentar um conjunto de obras a realizar na área da União de Freguesias de Noura e Palheiros e neste momento, elas estarão em apreciação por parte da autarquia. Contudo, disse que iria abordar algumas situações que entende bastante pertinentes e que poderão servir de esclarecimento ao público presente, uma vez que dizem respeito a Noura e ao Sobredo.

Questionou se está planeado fazer o arranjo da estrada que vai de Ratiço a Noura, dado o estado degradado daquele troço.

Solicitou esclarecimento sobre um terreno, em Noura, que em 1987 foi doado à Câmara Municipal, na altura presidida pelo Sr. Belmiro Vilela, para a construção de um Centro de Saúde, na Cumieira - Noura e que desde essa data, nada foi feito. Referiu que a sua antecessora, D. Judite Sousa mandou colocar lá uma placa proibindo a colocação de entulho, mas nem assim as pessoas deixaram de fazer daquele espaço um depósito de lixo. Disse ainda, que numa Assembleia de Freguesia foi referido por um antigo Presidente de Junta, que o terreno tinha sido adquirido com dinheiro dado por alguém para essa aquisição e que, entretanto, e por razões que desconhece foi feita uma escritura de doação à Câmara, mas que nunca tinha sido registada. Entretanto, em conversa com o executivo da autarquia foi-lhe manifestada a intenção de proceder ao respetivo registo, pelo que gostaria de saber qual o seu ponto de situação e ainda, que o esclarecesse se o registo tem de ser obrigatoriamente em nome da Câmara ou se pode ser feito em nome da Junta de Noura. Isto porque, existe a possibilidade de se vender o dito terreno e adquirir uma casa que está à venda, na rua do Castelo, em Noura, que pertence à família do Sr. Luís Oliveira, por forma a conseguir-se, de uma vez por todas, o tão desejado alargamento da rua principal, demolindo as escadas exteriores e utilizar a habitação como armazém/casa de arrumos para guardar a viatura da Junta de Freguesia, assim como a roçadora, pesticidas e todo o material que serve de apoio à limpeza de caminhos, entre outro e que é utilizado diariamente pelos funcionários da Junta.

- O Presidente da Câmara Municipal, Mário Artur Lopes, respondeu às questões colocadas pelo senhor Presidente da União de Freguesias, dizendo que relativamente às acessibilidades o orçamento é limitado, recordando-o que no último orçamento incluíram meio milhão de euros, para as Freguesias e que os Srs. Presidentes de Junta não o aprovaram e agora pedem-lhe apoio. É certo que não estão aqui para compreender todas as ações, mas é preciso que cada um assuma as suas responsabilidades.

O Orçamento tem os seus limites e não é possível fazer intervenções, como seria desejável em muitas vias do Concelho, durante este mandato. E que apenas irão ser feitas pequenas intervenções. Disse que a estrada que vai de Vale D'Egua até à Sobreira precisa de uma intervenção profunda e seria intenção deste executivo fazê-la, mas neste momento não têm disponibilidades financeiras para ir tão longe e que apenas irão procurar manter as estradas em condições de funcionamento mínimas.

No novo programa comunitário Portugal 2030 existe uma linha estratégica que tem a ver com a conectividade e nessa linha de apoio financeira é possível financiar este tipo de intervenções. Contudo, recordou que no mandato anterior houve um apoio atribuído pela ADRVT no valor de 150 mil euros, para se fazer uma intervenção em estradas, que esta foi uma das estradas candidatas para poder ter esse apoio e nada foi feito.

Quanto à questão do terreno referida pelo Presidente da União de Freguesias, Luís Miranda, disse que este é mais um assunto antigo que este executivo está a procurar resolver. Em 1987 houve, nesta aldeia, uma doação de um terreno. Reitera que aquele terreno é da Freguesia de Noura, pertence à população de Noura e tem de estar à disposição daquela população, mas obviamente que isto tem de ser feito de forma correta e é necessário ter algum cuidado com os formalismos. Este assunto foi agora levantado e este executivo tem de perceber, dentro das responsabilidades que lhe são atribuídas, que obrigações estão em causa e que têm que cumprir. Desconhece por que motivo a escritura de doação foi feita para o Município de Murça e não foi registada, mas acontece que há um processo burocrático jurídico que não está concluído e quando esta questão foi levantada pelo Presidente da Junta, Luís Miranda ele nem sequer sabia da existência desse terreno. Agora, para que ela seja concluída da melhor maneira e para que o mesmo possa ser colocado à disposição da população de Noura, seja para que fim for ou para vender, obviamente cumprindo as regras da alienação pública, o importante é não cometer erros formais, nem jurídicos. Nesta fase, existe uma escritura particular, feita na Câmara Municipal onde está descrito que há uma doação daquele terreno ao Município e para que seja tratado como deve ser, o Município terá que concluir este processo.

Quanto à aquisição da casa, reitera que é uma boa opção e que tem de ser devidamente avaliada.

Entretanto e ainda sobre a questão do registo do terreno solicitou à Sra. Vereadora, Vilma Pereira que prestasse o devido esclarecimento.

- A Vereadora da Câmara Municipal, Vilma Ribeiro Pereira, disse que o assunto está com a Dra. Sónia, mas esclareceu que passar automaticamente aquele imóvel para a Junta de Freguesia é algo que não é legal. Há um título que confere à Câmara Municipal a posse de um determinado terreno e é necessário fazer o registo de acordo com a escritura.

- O Presidente da Câmara Municipal, Mário Artur Lopes, disse que só depois de concluído este procedimento, estarão em condições de resolver esta questão.

Chegou à sessão da 1ª Secretária da Assembleia, Cláudia Vilaverde

- O Presidente da Junta de Freguesia de Murça, José Santos, cumprimentou todos os presentes e deu indicação dos seguintes assuntos:

“Associação Nacional de Municípios

O XXIV congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) realizou-se nos dias 29 e 30 de Novembro, em Vila Real, e teve como lema "Descentralizar, Regionalizar, Melhor Portugal".

No programa esteve o debate de temas como a "Organização do Estado", o "Modelo de Desenvolvimento do País" e ainda o "Financiamento Local".

A regionalização foi um dos principais temas em discussão e, na resolução final, os congressistas propõem a "criação e instituição de regiões administrativas em Portugal" considerando que, "com legitimidade democrática são instrumento fundamental para a assunção de uma política de desenvolvimento regional que prossiga objetivos de coesão, competitividade e equidade".

Os autarcas querem ainda que as regiões tenham atribuições e competências ao nível das políticas transversais, mas também em áreas concretas e operacionais em diversos domínios, como a saúde, a cultura, a educação e a proteção civil

Defendem ainda que às regiões administrativas seja confiado "um papel importante na conceção e gestão dos programas referentes aos fundos europeus".

A resolução da reunião magna da Associação Nacional dos Municípios Portugueses (ANMP), que juntou cerca de 800 delegados, foi aprovada por larga maioria, e elenca que a aposta num "futuro melhor" só é possível com uma "diferente organização do Estado, um novo modelo de desenvolvimento e um novo regime de financiamento local

O Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, esteve presente na sessão de abertura e o primeiro-ministro, António Costa, foi esteve presente na sessão de encerramento.

Transferência de Competências para os Municípios e Juntas de Freguesia.

Dar nota da Notícia do JN de hoje, onde se encontram expressas declarações da Sra. Ministra Alexandra Leitão no sentido do adiamento da obrigatoriedade da assunção das novas competências, em 01 de janeiro de 2021, na área da Saúde, Ação Social e Educação, que só serão obrigatórias em 2022.

Este é o reconhecimento do Governo sobre a sua incapacidade em trabalhar atempadamente o processo e se precipitou. Recorde-se que estava definido que todo o pacote, que inclui a Lei-Quadro, os decretos-lei setoriais e os envelopes financeiros, tinha de ficar concluído até julho de 2018, tendo em conta que os municípios e entidades intermunicipais que não quisessem alguma ou todas as competências em 2019 tinham de deliberar nesse sentido até 15 de setembro de 2018, sendo apenas obrigatória a assunção universal em 01 de janeiro de 2021.

Tudo isto por causa do atraso do Governo, que ainda se verifica por haver competências que ainda não têm a regulamentação toda aprovada, quer da transferência de competências do Governo para os Municípios, quer do Município para as Juntas de Freguesia.

Segundo declarações da Ministra “ os dez meses até 2021 não chegam. Na Saúde, diz, é preciso corrigir a lei; na Educação o seu peso esmagador (80% dos encargos) recomenda cautela; e o decreto-lei sobre Ação Social ainda nem sequer foi aprovado dentro do Governo. "Era impossível manter a data de janeiro 2021" disse.

Comissão Municipal da Defesa da Floresta contra Incêndios.

No dia 27 de janeiro de 2020 reuniu a Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, para **Avaliação das ações executadas e previstas no plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, durante o ano de 2019 e previsão para 2020.**

Ao abrigo de protocolo realizado entre o Município de Murça e o ICNF, realizaram-se ações de DFCL, concretamente faixa de gestão de combustível, abertura e limpeza de aceiros, bem como pontos de água. Estas ações incidiram nas freguesias de Jou, Valongo de Milhais, Murça, Fiolhoso e União de freguesias de Carva e Vilares, consideradas pelo ICNF como freguesias de primeira prioridade. A extensão de rede viária intervencionada foi de 115 km.

Quanto à Rede Viária Municipal o Município executou 21 hectares de gestão de combustível.

Quanto às Faixas de Gestão de combustível na rede elétrica de alta ou média tensão, foram executadas em 2018 - 80 hectares, conforme o previsto no Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios.

Em 2019 e 2020 o PMDFCI não prevê ações de Faixa de Gestão Combustíveis na Rede Elétrica, isto porque a lei obriga a intervenção de três em três anos, no entanto de acordo com equipa técnica da

EDP, será efetuada uma avaliação de campo para verificar se se deve antecipar a execução da Faixa de Gestão de Combustível para 2020.

Relativamente as faixas de gestão de combustível em redor das casas isoladas (50 metros) e em volta dos aglomerados populacionais (100 metros) o Município fez campanha de sensibilização, enviando via CTT um desdobrável para cada domicílio do concelho, bem como nas redes sociais. Houve também campanha de sensibilização nas freguesias de primeira prioridade (Jou, Valongo de Milhais, Murça, Fiolhoso e União de freguesias de Carva e Vilarés), bem como noutras freguesias não classificadas com o mesmo grau de perigosidade, com a colaboração do Núcleo de Proteção da Natureza da GNR de Vila Real e Comando Territorial de Murça.

1- Faixas de gestão de combustíveis previstas para o ano de 2020;

Para o ano 2020 o previsto em Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios incide sobretudo nas limpezas em volta dos aglomerados populacionais e casas isoladas. Assim é necessário haver uma forte sensibilização de todos os agentes de proteção civil para que este objetivo possa ser alcançado. Devendo referir que as Comissões de Compartes e as Juntas de Freguesia são agentes de proteção civil e como tal, responsáveis perante a lei vigente.

De forma a ajudar a dar resposta, o Município de Murça já articulou para o ano de 2020 fiscalização em colaboração com a **equipa de proteção da natureza da GNR de Vila Real e Comando Territorial de Murça.**

Durante o mês de março haverá a passagem destas equipas para identificação dos proprietários, apelando a todos os presidentes de Junta a colaboração. Brevemente vão receber comunicação sobre este assunto.

2- Apreciação da alteração do plano de fogo controlado; (Alteração de parcelas) – Aprovado em CMDFCI. Ano de 2019 foram tratados 37.86 hectares através da eliminação de matos usando o fogo controlado. No ano de 2020 – prevê-se queimar 35 hectares de mato.

3- Trabalhos executados na rede primária e secundária – candidatura PDR2020 – medida 8.1.3 Agentes bióticos e abióticos – até maio serão intervencionados 52.7 hectares nas freguesias de Jou e Valongo de Milhais. Dos quais na rede primária (FGC de 125 metros) e rede secundária associada à primária (FGC 10 metros). Com investimento de cerca de 75.000€.

Deixar também informação, que segundo a tabela do ICNF, em 2020 todas as Freguesias do Concelho de Murça são consideradas de primeira prioridade.

- O deputado do PS, Manuel Ramos, cumprimentou todos os presentes e disse que iria abordar dois assuntos.

O primeiro diz respeito ao Crasto de Palheiros, referindo que continua a não perceber porque é que um equipamento que é da responsabilidade da autarquia, que foi feito através de uma candidatura e onde se gastaram umas largas centenas de euros está totalmente ao abandono e sem qualquer manutenção.

O segundo assunto é relativamente à Zona Industrial e é apenas para felicitar o Sr. Presidente da Câmara pelo andamento das obras e por estar a cumprir a promessa que foi feita, aludindo que não está aqui para criticar, mas acima de tudo, para dizer a verdade. Aquelas obras já se vinham a arrastar há vários anos e parece que finalmente elas serão concluídas.

- O Presidente da Câmara Municipal, Mário Artur Lopes, disse que relativamente à intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Murça, José Santos sobre questões de prevenção, combate a incêndios e zonas de perigo nas vias e nas localidades é bem demonstrativo aquilo que este executivo vai fazendo, relativamente a estas matérias e sempre disponíveis, quer seja no combate a incêndios ou seja com o Covid-19. Ainda sobre o combate a incêndios disse que a autarquia adquiriu recentemente um Trator corta sebes que permitirá fazer trabalhos ao longo de todo o ano, permitindo com este equipamento uma poupança considerável em adjudicações.

Quanto ao Crasto de Palheiros disse que este é mais um problema que alguém não resolveu e que deveria ter resolvido. Lembrou ao deputado, Manuel Ramos que ele, em parte, também esteve envolvido, até porque sabe o investimento que lá foi feito e que teve um grande envolvimento. Mas, hoje quando lhe perguntam de quem é aquele terreno e quando os familiares do Sr. Rei têm o Ministério da Cultura em Tribunal, pergunta o que é que fizeram na altura. Desconhece o valor daquele terreno, mas reitera que é mais um assunto jurídico e de propriedade que têm de ultrapassar. Se agora aquele equipamento não está nas melhores condições é responsabilidade deste executivo procurar ultrapassar essa situação, mas reconhece que lhe custa muito ter um espaço público que, de vez em quando, alguém que se diz dono do terreno e que reclama o seu pagamento, lembra-se de colocar lá uma corrente ou um arame e não deixar ninguém passar. Ainda recentemente estiveram na Câmara uns familiares que traziam um ex-presidente de uma outra Câmara como Advogado a defende-los. Reitera que enquanto este processo estiver com o Ministério da Cultura poderão estar um pouco descansados, mas o futuro ninguém sabe e lamenta que estes aspetos formais não tenham sido devidamente ultrapassados, na altura certa. Quanto à manutenção do espaço disse que a responsabilidade é da Câmara e têm de a saber ultrapassar.

Sobre a Zona Industrial disse ficar agradado com o que disse o deputado, Manuel Ramos, mas o mais importante é ter espaços disponíveis para quem se queira lá instalar. Esclareceu que aquela obra que custa cerca de 200 mil euros iniciou com fundos próprios e é praticamente o valor realizado com a venda das três casas do Bairro da Cortinha Nova. Por insistência dele e por decisões ao nível dos fundos comunitários que ainda estão disponíveis, de obras que não se executam, têm a sorte de poder fazer uma candidatura que pode vir a financiar aquela obra. Foram acrescentadas mais algumas particularidades, porque ao ser financiada tem que contemplar mais alguns aspetos para cumprir aquilo que as zonas de acolhimento empresarial exigem e se tudo correr como planeado, aquela obra será feita e comparticipada na ordem dos 85%.

- O deputado do PS, Manuel Ramos, disse discordar da expressão usada pelo Sr. Presidente quando referiu que ele também esteve envolvido enquanto Presidente da Junta de Palheiros, porque sabe tão bem quanto ele que a Junta de Freguesia só serviu à Câmara Municipal para estar presente num qualquer evento e não esteve envolvida em nada, no que respeita à construção daquele equipamento.

- O Presidente da Câmara Municipal, Mário Artur Lopes, aludiu que ainda há momentos um Sr. Presidente de Junta acompanhou um registo que está a ser feito e que tem algumas dificuldades, o que só demonstra ser um Presidente de Junta interessado, por aquilo que acontece na sua freguesia. Agora, se na altura foi comprado um terreno e se foi comprado com dúvidas, que atualmente ainda persistem, entende que enquanto Presidente de Junta devia mostrar disponibilidade para procurar resolver isso e não para sacudir a água do capote. Vamos todos em conjunto procurar resolver o problema e sermos positivos. Agora, não venha dizer que nunca ouviu falar neste processo com os familiares do Sr. Rei. O importante é ajudar a ultrapassar e a esclarecer toda esta situação e não de quem é a culpa.

- O deputado do PS, Manuel Ramos, respondeu ao Sr. Presidente que ele pode não ter tido culpa, mas ele também não.

- O deputado do PS, Alfredo Veloso, cumprimentou o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, restantes membros da mesa, deputados de ambas as bancadas, Srs. Vereadores, colaboradores da autarquia e estimado público.

Lembrou que está uma obra bastante adiantada, nesta freguesia, obra essa, financiada no Programa Portugal 2020, no valor de cerca de 150 mil euros, comparticipada a 85% pelos fundos comunitários e os restantes 15% pelo Governo Português. Uma candidatura que foi conseguida com muito esforço e

empenho por parte da Junta de Agricultores desta terra, do anterior executivo e da Junta de Freguesia de Noura.

Disse que recentemente foi feita uma avaliação àquela obra, pelos técnicos responsáveis e aproveitou o momento para questionar o Sr. Presidente, se a Autarquia estaria em condições de facultar o material em *tout venant* ou alcatrão fresado, para reparar os caminhos inseridos naquela obra da ribeira.

Manifestou bastante preocupação relativamente às duas fossas séticas existentes, na aldeia de Noura, mais concretamente uma no Cabeço e a outra no Bairro dos Carreirões. Reconhece que aquele problema já se arrasta há muito tempo, mas é responsabilidade da autarquia resolve-lo. Disse que relativamente à fossa que está no Bairro dos Carreirões, na altura, foi feita uma conduta na estrada do lado oposto às habitações, mas que há cerca de dois anos, devido a uma surribo feita no local por um agricultor, a autarquia deslocalizou aquela conduta para o lado contrário (junto às habitações), ficando a desaguar e a inundar a sua propriedade, com águas nojentas, ratos e bichos diversos. Lembra que por diversas vezes reclamou aquela situação ao Técnico da Autarquia, Eng.º João Martins e até ao momento continua por resolver e é urgente encontrar uma solução.

Aludiu que em anteriores assembleias, foi referido pelo Sr. Presidente que estaria disponível para ajudar os agricultores, concretamente com o seguro coletivo de colheitas, questionando qual o ponto de situação relativamente a este assunto, que tipo de seguro existe, como é que os agricultores se podem candidatar, se é ou não participado e que tipo de apoio será dado pela autarquia.

Concluiu a sua intervenção, perguntando ao Sr. Presidente quais as obras que este executivo pretende realizar, na União de Freguesias de Noura e Palheiros, até ao final do mandato.

- O Presidente da Câmara Municipal, Mário Artur Lopes, respondeu ao deputado Alfredo Veloso que pretende fazer muitas obras, nesta União de Freguesias, como por exemplo poder ajudar a adquirir uma casa aqui em Noura e quanto ao fresado, disse que ainda esta semana, foi colocado na localidade de Vargès, uma aldeia que faz parte desta freguesia. Relativamente aos caminhos vicinais, deve colocar essas questões ao Presidente da Junta de Freguesia, pois esse é um assunto que tem de ser tratado por ele. E se o anterior executivo apoiou este processo do regadio, também com este executivo já falou sobre aquela obra e foi-lhe dito que apoiariam naquilo que fosse necessário, mas como aquela obra é participada a 100% não há necessidade de contribuir, referindo que agradecimento e gratidão fica bem a todos. Reforça que, sobre caminhos vicinais deve acertar com o Presidente de Junta que ele fará aquilo que estiver ao seu alcance, caso ultrapasse as suas possibilidades, ele recorrerá à Câmara e o assunto será avaliado.

Sobre fossas séticas, disse que o deputado sabe muito bem que a autarquia tem procurado minimizar os problemas da melhor maneira possível e que nos últimos tempos, em algumas delas, os problemas

agora, são bem menores. A partir de janeiro de 2020, situações relacionadas com água e saneamento deixou de ser uma responsabilidade do Município, é um assunto que os preocupa e que querem acompanhar de perto, mas existe uma entidade recentemente constituída (Águas do Interior Norte) que trata destas matérias e é com ela que estes assuntos terão de ser tratados. Referiu ainda, que relativamente a investimentos na área do saneamento, essa entidade tem orçamentado mais de 3 milhões, só para o Concelho de Murça. Reconhece que estes assuntos não são resolvidos tão rápido como gostaríamos, mas os processos estão a decorrer e os problemas irão ser resolvidos.

Quanto aos agricultores disse o seguinte: Há dois anos, houve um problema grave de granizo, na zona de Porrais, a autarquia disponibilizou de imediato os meios disponíveis possíveis e com o apoio dos Bombeiros Voluntários de Murça, da AFLODOUNORTE e com funcionários da autarquia procurou minimizar os problemas que ali ocorreram e acertaram com a Junta de Freguesia intervenções várias, que foram feitas em caminhos vicinais. Entretanto, preocupados com os sentimentos dos agricultores do Concelho na área da vinha, foi-lhes lançado um desafio, para que fizessem um seguro de colheitas. Esclareceu que há um seguro de colheitas, que se for coletivo e tratado por uma instituição que permita que uma candidatura avance, é participado em 80%. Para a Campanha de 2019, ou seja, para a vindima que aconteceu em 2019, foram feitos seguros de colheita coletivos através do Centro de Gestão, entidade que agregou todos os agricultores que o quisessem fazer, sendo ou não sócios do Centro de Gestão ou da Adega Cooperativa de Murça. Deu nota que o valor total pago pelos agricultores que concorreram a esse apoio foi na ordem dos 10.103,12€, referindo que esta informação chegou às suas mãos, apenas há dois dias e que na próxima Reunião de Câmara irá levar uma proposta de participar este valor, lembrando que quando lançou o desafio, se disponibilizou a apoiar parcialmente essa verba em 50%. Reitera que é inadmissível haver possibilidade de ter um seguro de colheitas, participado em 80% e não o fazerem, até porque muitos deles, o valor do seguro a pagar não ultrapassa os 50€.

- O deputado do PS, Alfredo Veloso, referiu que há agricultores que se queixam que não sabem se o seguro é feito através da Adega Cooperativa ou do Centro de Gestão e ainda se têm de ser sócios, ou se o podem fazer mesmo não o sendo de nenhuma delas.

- O Presidente da Câmara Municipal, Mário Artur Lopes, reitera que aquilo que disse foi que a autarquia iria dar um incentivo em 2019 e que estavam disponíveis a participar parte do seguro de colheita. Disse ainda, que para os agricultores poderem usufruir desse seguro, tem de haver uma instituição que os agregue. A autarquia, aquilo que fez, em colaboração com a Adega Cooperativa e com o Centro de Gestão, foi permitir a todos os viticultores de Murça que se quisessem candidatar,

mesmo não sendo sócios de nenhuma dessas duas organizações, poderem fazer parte do conjunto e poderem ter este apoio. Esclareceu ainda, que este apoio da autarquia será apenas para o ano de 2019 até porque não existem só viticultores e este apoio foi apenas como incentivo e um alerta. Porque, em muitos casos, numa situação de calamidade, o seguro quase compensa aquilo que se recebe com a venda da própria produção da vinha. Receber cerca de 5 mil euros, por hectare e não perder o benefício, porque, entretanto, foi comunicado ao IVDP, já é uma boa ajuda. Disse ainda que ser sócio de uma cooperativa também tem as suas vantagens: Há as candidaturas agrupadas e quando há agricultores que têm benefício nas suas vinhas e outros não, quando um deles não conseguir produzir para o benefício e se o manifesto for feito em conjunto, é compensado. Não se pode é ter mais benefício, no conjunto, do que vinho produzido. Todos sabemos que o benefício é uma parte do vinho total produzido, mas quando isto é agregado e feito em conjunto, não se perde nenhum benefício e esta também é uma forma de ajudar o agricultor a ultrapassar aspetos formais.

- O Presidente da Assembleia Municipal, António Augusto Ribeiro, esclareceu que a Adega Cooperativa tem um seguro coletivo, bonificado, que é feito na Caixa Agrícola, mas que o maior problema são as mentalidades. O viticultor pensa que o seguro é para compensar, sempre, aquilo que paga e isso não pode ser. O seguro é para assegurar, tal e qual como acontece quando fazemos um seguro de carro, é para um acidente que possamos ter. Os associados e não só, para fazer um seguro coletivo só são precisos nove, há sócios que não o fazem sempre e poucos são os que o fazem todos os anos. Quanto há uma intempérie a resposta do governo através do Ministério da Agricultura é sempre a mesma, façam o seguro e a Adega Cooperativa, na sua assembleia de março, recomenda sempre aos seus associados, para que o façam.

- O deputado do PS, Arménio Ribeiro disse que os votos contra ou as abstenções são totalmente legítimos sob o ponto de vista democrático e que não podem em momento algum ser motivo de argumentário político partidário, pois o orçamento depois de aprovado é o orçamento de todos os municípios independentemente da sua crença religiosa ou enquadramento político. A legitimidade da bancada do Partido Socialista em propor investimentos é tão válida por ter aprovado ou não o orçamento, esse é um princípio elementar do funcionamento das instituições democráticas em todos as democracias e espera que em Murça não seja diferente.

- O Presidente da Câmara Municipal, Mário Artur Lopes, refere que relativamente ao orçamento, percebe o que o deputado Arménio Ribeiro disse, mas pede que não o desmotivem, porque se não

tivessem vontade em ajudar as Juntas de Freguesia não tinham colocado no orçamento meio milhão de euros, quando no orçamento do ano anterior tinha apenas 100 mil euros.

Quanto ao Crasto de Palheiros e às questões burocráticas, assistentes no processo e outras que se possam colocar, referiu que os juristas é que saberão, como o fazer. Este é um processo jurídico que nem sequer é com a Câmara e que já tem vários anos.

____//____

Período da Ordem do Dia

1 – Informação do Presidente da Câmara Municipal;

(Alínea c) do nº2 do artº25 da Lei nº75/2013, de 12 de setembro)

2 – Listagem com os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo do ponto 3, da autorização genérica concedida pela Assembleia Municipal de Murça de 28 de dezembro de 2017;

(Lei nº8/2012 de 22 de fevereiro)

3 – Declarações nos termos do art.º 15º da lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro;

(Alínea a) e b) do nº 1 do art.º 15 da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro)

4 - Proposta GAP2/2020 – Tarifário Social de Ajustamento ao Tarifário de Referência aplicável ao Município de Murça;

(nos termos do disposto na alínea k) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro).

5 – Proposta GAP8/2020 – Celebração de contrato de comodato com a Junta de Freguesia de Murça;

(Alínea j), do nº 1, do art.º 25º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro)

6 – Candidatura “Passadiços do Tinhela” – Submissão de Candidatura e reconhecimento de Interesse Municipal para as populações e para a economia local.

(Alínea ccc) do nº 1 do artigo 33 da lei nº 75/2013, de 12 de setembro)

____//____

1 – Informação do Presidente da Câmara Municipal;
(Alínea c) do nº2 do artº25 da Lei nº75/2013, de 12 de setembro)

“Nos termos da alínea c) do nº 2 do artigo 25º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal apreciar, em cada uma das sessões ordinárias, uma informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo.

Assim, em cumprimento deste preceito legal, apresenta-se à Assembleia Municipal informação escrita sobre os aspetos que consideramos mais relevantes da atividade municipal desenvolvida no período que decorreu entre o dia 6 de novembro de 2019 e o dia 18 de fevereiro de 2020.

1. No dia 15/11/2019 foi formalmente criada, através de Escritura Pública, a empresa **Águas do Interior Norte, E.I.M., S.A.**, numa cerimónia realizada no Edifício do Ex-Governo Civil em Vila Real, pelas 11h30. A cerimónia foi presidida pelo ministro do Ambiente e Ação Climática, João Pedro Matos Fernandes e contou com a presença de Inês dos Santos Costa, secretária de Estado do Ambiente, entre outras entidades. Reunindo os municípios de Vila Real, Santa Marta de Penaguião, Mesão Frio, Sabrosa, Murça, Peso da Régua, Torre de Moncorvo e Freixo de Espada à Cinta, a Águas do Interior Norte irá realizar, através de um contrato de gestão delegada a exploração e gestão dos serviços públicos de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais urbanas desses municípios.

2. **O Conselho de Administração das Águas do Interior Norte** tem como Presidente o vice-Presidente da Câmara Municipal de Vila Real e como vogais o Presidente da Câmara Municipal de Murça e Presidente da Câmara Municipal do Peso da Régua. Os órgãos sociais são constituídos por vários Municípios, num sistema rotativo. Independentemente do formalismo de o Conselho de Administração só poder conter três elementos, foi decidido que os oito Municípios que fazem parte da AdIN acompanhem todas reuniões do Conselho de Administração.

3. **Tarifário Social de Ajustamento ao Tarifário de Referência aplicável ao Município de Murça.** Na decorrência da adesão do Município de Murça à Empresa Intermunicipal Águas do Interior Norte E.I.M., S.A. desde 1 de Janeiro está a ser aplicado ao Município de Murça a Tarifa de Referência aprovada pelo Tribunal de Contas para os Clientes deste sistema (22,97 €/

10 m3). Considerando que a sua aplicação imediata aos Municípios de Murça significa que os mesmos vejam a sua fatura aumentada, entende o Município de Murça que este facto seria suscetível de se assumir como um potencial problema social no Concelho, situação que considera justificar a introdução de um período de ajustamento social ao tarifário de referência (3 anos) findo o qual, o tarifário aprovado para o funcionamento da empresa mencionada *supra* passará a ser aplicado no Município de Murça na íntegra. Durante este período de ajustamento social ao tarifário de referência, que se prevê de 3 anos, esse aumento será faseado, assumindo o Município de Murça a responsabilidade pelo pagamento do diferencial da faturação aplicável a este Município relativamente à Tarifa de Referência aplicada pela Águas do Interior Norte E.I.M., S.A. Assim, não obstante o carácter automático da atribuição deste benefício, o presente Regulamento visa conferir à sua atribuição o critério e o enquadramento regulamentar que se justifica considerando que o financiamento deste Tarifário resulta exclusivamente do orçamento do Município de Murça. Tratando-se de uma medida política que visa a promoção da coesão social e a garantia de que os cidadãos do Município de Murça se adaptam de forma paulatina ao tarifário socialmente justo e financeiramente sustentável, a aplicação deste Tarifário apenas aos utilizadores domésticos de contractos de abastecimento existentes no Município de Murça, é da exclusiva responsabilidade da Câmara Municipal de Murça que transferirá mensalmente para a Empresa Águas do Interior Norte E.I.M., S.A. o montante global que resulte do diferencial entre o valor faturado aos Municípios do Concelho de Murça e aquele que seria o valor que aos mesmos deveria ser faturado segundo a Tarifa de Referência.

4. Investimento na Rede de Água e Saneamento no Concelho de Murça. Está projetado um valor global de 56.000.000,00€ em cinco anos. Deste valor há 29.000.000,00€ que já estão candidatados e têm uma participação global de 16.000.000,00€ (55%), a diferença destas candidaturas cerca de 13.000.000,00€ são fundos próprios da nova empresa. No que diz respeito a Murça o que está em causa são investimentos de dez candidaturas que o Município não teve apoio apesar de não reprovadas no POSEUR, que foram transferidas para este projeto. Destas dez candidaturas a nível de saneamento vão ser intervencionadas:

- ✓ Intervenção na Etar da Carva 43.000,00€;

- ✓ Substituição da etar e fossas sépticas e redesenho da rede de água no sistema de Murça que inclui o afluente residual de Serapicos, Valongo de Milhais, Ribeirinha, Ratiço e é encaminhado através da estação elevatória para a estação de tratamento de Murça 716.000,00€;
- ✓ Substituição de fossas sépticas por ETAR e redesenho da rede de águas residuais do sistema de Carvas 87.000,00€;
- ✓ Redesenho das redes de águas residuais do sistema de Porrais 291.000,00€;
- ✓ Redesenho das redes de águas residuais do sistema de Monfobres 126.000,00€;
- ✓ Redesenho do SAR de Candedo 439.000,00€; Redesenho das redes de águas residuais do sistema de Fiolhoso/Cadaval e Fonte Fria que também vai ser incluído 703.000,00€;
- ✓ Reabilitação da ETAR do sistema de Jou 380.000,00€; Reabilitação da ETAR Compacta do sistema de Vargues 38.000,00€;
- ✓ Reabilitação da ETAR Compacta do sistema de Vilares 39.000,00€.

Nesta primeira fase, dos 29.000.000,00€ inicialmente referidos, 3.000.000,00€ vão ser investidos em Murça. As candidaturas estão aprovadas e rapidamente vão ser implementadas.

Foi também aprovada uma candidatura de 14.000.000,00€, relacionada com definição de Zonas de Medição e Controlo nas Redes de Abastecimento de Água dos Concelhos da Águas do Interior Norte, incluindo Sistema de Medição e Avaliação do Volume de Perdas. Em Murça vão ser investidos 1.336.000,00€ em Sistemas de Medição, Sistema Móvel deteção Fugas, Software, Zona de Medição e Controlo, Reabilitação das Redes, Projeto, Fiscalização e Publicidade/Divulgação de resultados.

5. Com a adesão do Município de Murça à empresa Águas do Interior Norte, houve a possibilidade da **transferência de colaboradores da área das águas para a nova empresa**, caso houvesse interesse da parte dos colaboradores. Surgiu o interesse de três colaboradores entre eles o Chefe de Divisão de Recursos Operacionais. Com a saída do Eng.º João Martins a Divisão de Recurso Operacionais deixou de ter chefia e também as competências que tinha relacionadas com a área das águas e saneamento que passaram para a nova empresa. As competências que não passaram para a nova empresa, estão a ser

assumidas pela Divisão de Obras Municipais, com o envolvimento do Dr. Manuel José Gonçalves que foi inserido nesta divisão e está a acompanhar os trabalhos operacionais.

6. O Município de Murça foi distinguido no **Índice da Presença na Internet das Câmaras Municipais 2019 (IPIC)**. O site do Município de Murça obteve o **segundo lugar no ranking** global do Índice da Presença na Internet das Câmaras Municipais 2019, entre os 308 municípios portugueses, além de arrecadar mais duas distinções em subcategorias, "Conteúdos: Tipo e Atualização" e uma Menção Honrosa na vertente da "Participação" atribuída aos 10 finalistas nomeados para cada subcategoria. Os resultados foram apresentados esta quarta-feira em Guimarães no dia 04/12/2019, numa cerimónia presidida pela Ministra da Modernização do Estado e da Administração Pública, Alexandra Leitão. O Índice da Presença na Internet das Câmaras Municipais 2019 foi elaborado pela Universidade do Minho e pela Unidade Operacional em Governação Eletrónica da Universidade das Nações Unidas (UNU-EGOV), em conjunto com a Agência para a Modernização Administrativa. Quero deixar uma palavra de reconhecimento e apreço, pela dedicação, e trabalho desenvolvido, pelos técnicos da Divisão de Tecnologias de Informática e Comunicações do Município.

7. **Comissão Municipal de Trânsito.** Sugestão de medidas complementares de concretização da disciplina e ordenamento de tráfego no Município de Murça. A Comissão Municipal de Trânsito visa promover o debate e a análise das questões relacionadas com o trânsito no Município do Murça, de forma a melhorar a qualidade de vida dos Munícipes. Esta Comissão é um órgão com funções de natureza consultiva, que visa promover a articulação, a troca de informações e a cooperação entre as diversas entidades, com vista à resolução das questões relacionadas com o trânsito do Município de Murça. Compete à Comissão sugerir a tomada de medidas e alterações julgadas por convenientes para a concretização dos objetivos propostos. Compete à Câmara Municipal adotar, através de deliberações autónomas ou no âmbito da aprovação de projetos de obras de intervenção na via pública, medidas complementares de concretização da disciplina de ordenamento de tráfego. A Comissão Municipal de Trânsito enviou à Câmara Municipal, as seguintes resoluções tomadas nas suas reuniões relativas ao ano de 2019, designadamente, a) Promover a disciplina do trânsito no Bairro das Árvores, com a criação de três estacionamentos oblíquos na linha das casas de habitação, seis

estacionamentos oblíquos junto ao restaurante Kalunga e quatro estacionamentos junto eucalipto, com orientação de trânsito. A saída daquele espaço será projetada a noroeste do eucalipto com a colocação de um espelho do outro lado da rua para os condutores verificarem o trânsito que circula na Rua das Árvores; b) Eliminar a restrição de período limitado ao estacionamento; c) Na Rua Dr.º Manuel Moraes Fonseca criar três lugares de estacionamentos limitados a cargas e descargas e de estacionamento para pessoas com mobilidade condicionada, cumprindo as regras legais aplicáveis; d) Autorizar o estacionamento na Rua Frei Diogo, retirando a linha amarela do lado esquerdo da via, aumentando o estacionamento no início da Rua Frei Diogo, junto ao Largo 31 de Janeiro, com alteração da passadeira, se se verificar ganho efetivo de espaço disponível; e) Autorização da manobra de inversão de marcha em frente aos BVM, com colocação de sinalética apropriada; f) Alterar o sentido de trânsito na Rua Alfredo Pinto, para da Rua Comendador Américo Breia - poder virar à direita e aceder à Rua Frei Diogo, sem prioridade; g) Proibir a ultrapassagem na Avenida Portas da Vila, na saída do estacionamento do estabelecimento comercial Auchan; h) Aprovar a colocação de sinalética de estreitamento de via, na Rua do Seixo; i) Aprovar a colocação de sinalética com indicação Vila Real e Bragança, para quem circula pela EN 15, na Rotunda do Seixo, Nó de Palheiros e junto à Av. dos Bombeiros Voluntários; j) Colocação de sinalética de estreitamento de via no cruzamento da Av. da Europa com a Rua dos Fornos e colocação de sinalética com indicação da A4 Vila Real /Bragança; k) Colocar um sinal no sentido descendente na Av. dos Bombeiros Voluntários, depois da passadeira, que permita a paragem de veículos para poderem deixar as crianças.

8. A **Comissão Municipal de Toponímia** criada a 18 de Julho de 2018, após a realização de diversas reuniões e tendo subjacente, algum do trabalho de arquivo de uma anterior comissão, nomeadamente de Março 1999, desenvolveu uma proposta que foi objeto de auscultação da população através da apreciação pública para recolha de sugestões e/ou reclamações, até 03 de Julho de 2019. Decorrido o período de discussão pública, foram recebidas e analisadas propostas, em reunião da Comissão Municipal de Toponímia, que deram origem a proposta final, aprovada em Reunião de Câmara de 04/02/2020. Está a decorrer a fase de consulta ao mercado para adjudicação do trabalho de implementação, da proposta aprovada em Reunião de Câmara.

9. **Câmara de Murça reforça iluminação pública em diversos locais do concelho e aposta em tecnologia LED.** Autarquia está empenhada em dotar ao nível concelhio, uma rede de iluminação pública eficiente e segura. A Câmara Municipal de Murça reforçou recentemente a iluminação pública em diversos locais do concelho. Neste sentido foi efetuada uma intervenção ao nível da extensão de ramais nas aldeias de Cortinhas, Sobreira, Toubres, Carvas, Monfiebres, Vargues, Valongo de Milhais e na Rua do Hotel em Murça, garantindo ainda a disponibilização de energia elétrica para aumentos de potência e satisfação das populações destas localidades. Foi ainda ampliada a iluminação entre o Bairro Social da Barroca/Rua Eira do Souto e a Estrada Regional 314. Esta intervenção melhorou significativamente os níveis gerais de iluminação, uma vez as existentes provocavam uma iluminação deficitária. A autarquia está empenhada em dotar ao nível concelhio, uma rede de iluminação pública eficiente e segura. Em alguns locais, a autarquia está também a proceder ao desbaste das copas de algumas árvores existentes que dificultam o atravessamento de luz. A par de todas estas intervenções, a Câmara de Murça vai continuar com o reforço da iluminação pública em diversos locais do concelho, estando já em curso o processo de remodelação e substituição de luminárias para se obter uma melhor eficiência energética na iluminação pública para a tecnologia LED na vila de Murça. De realçar que é objetivo deste Executivo proceder à substituição total das luminárias existentes através da instalação de luminárias LED, para isso já está a ser elaborado um caderno de encargos com todos os pontos de iluminação pública do concelho referenciado, um investimento que ascenderá a vários milhares de euros, sendo que vai demorar algum tempo até à sua conclusão em todos os lugares e locais, um projeto que será implementado consoante as disponibilidades financeiras do município. O objetivo desta medida está centrada na poupança dos consumos energéticos, assim como na redução efetiva da percentagem de emissão de dióxido de carbono para a atmosfera. A Câmara Municipal de Murça realça ainda o papel da EDP Distribuição, que assim tem colaborado na melhoria do fornecimento de energia elétrica no concelho de Murça.

10. **Estação Meteorológica de Murça já está em funcionamento.** O Município de Murça já dispõe deste equipamento tecnológico que permite ter previsões e dados meteorológicos mais específicos e em tempo real para o concelho de Murça e para a região do Douro. Esta é uma das dezanove estações implementadas no âmbito do projeto Sistema de Alerta, Gestão e Monitorização

de Catástrofes (SAGMC), em todos os municípios da CIMDOURO. O projeto Sistema de Alerta, Gestão e Monitorização de Catástrofes (SAGMC) está orientado para a adaptação às alterações climáticas e enquadra-se nas orientações e prioridades de atuação definidas na Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAAAC2020). O SAGMAC permitirá a monitorização, previsão, alerta e uma resposta mais assertiva face à probabilidade de aumento da intensidade e frequência de fenómenos meteorológicos extremos, bem como das potenciais consequências associadas (incêndios florestais, inundações, secas, acompanhados de perdas de vidas e bens).

11. O Município de Murça adquiriu com fundos próprios um **trator com braço extensível, cabeça de corte, espalhador de sal e frontal**, para limpeza de rede viária, caminhos agrícolas e espaços florestais. Foi também adquirida uma **cisterna** com capacidade para seis mil litros e bomba de pressão, para desentupimento e aspiração de afluentes domésticos. A aquisição deste equipamento, veio colmatar uma necessidade identificada há muito tempo.

12. **Aquisição por via do direito privado de um edifício na Rua dos Fornos, em Murça**, pelo valor de 3.150,00€ (três mil cento e cinquenta euros).

13. **O Município de Murça reforçou o equipamento de combate à Vespa Asiática**, com a aquisição de mais dois fatos especiais, um para os Bombeiros Voluntários de Murça, para acrescentar aos dois já anteriormente entregues pelo município a esta Associação, e um outro para o Gabinete Técnico Florestal, que fica com dois, assim como uma vara extensível com queimador e um injetor de espuma, para que sempre que possível se possa destruir os ninhos no local, evitando o seu transporte para posterior destruição

14. Decorreu no dia 08/11/2019, em Vila Flor, encontro com a comissão Nacional, para **apresentação do projeto "Adélia"**. É um Projeto de apoio à Parentalidade Positiva e à capacitação parental, uma estratégia preventiva para a promoção e proteção dos direitos da criança, baseada no conhecimento da realidade infantojuvenil. O objetivo deste projeto é desenvolver planos locais de promoção e proteção dos direitos das crianças e jovens, garantindo estratégias de apoio a uma parentalidade positiva e responsável. Qualificar a intervenção das comissões de proteção e das entidades com competência em matéria de infância e juventude. Capacitar as famílias para o exercício de uma parentalidade positiva nas diferentes dimensões da vida familiar. Este projeto destina-se a Famílias e Cuidadores, Profissionais que trabalham com

Famílias, Comissões de Proteção de Crianças e Jovens, entidades com Competência em Matéria de Infância e Juventude e Sociedade Civil.

15. No dia 08/11/2019, a **Biblioteca Municipal** acolheu o "**Jantar com Histórias em Pijama**", organizada e promovida em parceria com a Biblioteca Escolar do Agrupamento de Escolas de Murça. A atividade (concebida para os alunos do 1.º ano de escolaridade) iniciou, com um pequeno convívio na sala infantojuvenil seguido de um jantar convívio. A atividade terminou com a leitura da história "As trapalhadas da Bruxa Mimi".

16. Teatro para **celebrar o S. Martinho**. No dia 16/11/2019, a delegação de Vila Real da Fundação INATEL em colaboração com a Câmara Municipal de Murça organizou a iniciativa **Teatro no São Martinho**. Um clássico de Almeida Garrett, "Falar Verdade a Mentir", a mais recente produção do Grupo de Teatro da Associação Vale d'Ouro, que retrata a alta burguesia portuguesa da primeira metade do século XIX sob uma perspetiva caricatural e divertida.

17. No dia 21/11/2019, no âmbito da CPCJ, realizaram-se duas palestras direcionadas para os adolescentes do secundário da Escola EB2,3 e da Escola Profissional, com o tema "**Recuso ser Vitima**".

18. No dia 25/11/2019 iniciou uma **campanha a nível Nacional realizada pela Guarda Nacional Republicana**, com o objetivo de sensibilizar para a violência doméstica, com o tema "**Não sou um saco**", à qual o Município de Murça se associou.

19. No dia 29 e 30/11/2019, decorreu em Vila Real o **Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses, sob o slogan "Descentralizar, Regionalizar, Melhor Portugal"**, participaram como delegados no Congresso em representação do Município de Murça, o Presidente da Câmara, o Presidente da Assembleia Municipal e o Presidente da Junta de Freguesia de Murça como representante das Juntas de Freguesia de Concelho de Murça. Discutiram-se questões relacionadas com a Organização do Estado com grande destaque à descentralização e à regionalização, Modelo de desenvolvimento do país, com destaque para as questões demográficas, as alterações climáticas, a coesão territorial, a mobilidade e as acessibilidades e Financiamento Local. Estiveram na Sessão de Abertura, Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa e na Sessão de Encerramento, Primeiro-ministro, António Costa.

20. No dia 02/12/2019 decorreu no auditório dos Paços do Concelho, **Palestra da Associação A2000** com o apoio do Município de Murça, com os temas, medidas

de apoio ao emprego para pessoas com deficiência e incapacidade, centro de recursos para a inclusão profissional, testemunhos de entidades inclusivas (Fábrica da Igreja Paroquial de Murça e Santa Casa da Misericórdia de Murça) e Testemunho de um cliente integrado.

21. No dia 03/12/2019, decorreu reunião com representantes do IVDP, no âmbito do convite recebido desta entidade para integrar a **Comissão de Honra do Congresso Douro & Porto 2020**. O Instituto dos Vinhos do Douro e do Porto é o promotor do *Congresso Douro & Porto 2020 - Memória & Futuro*, que terá lugar em novembro de 2020, na Região Demarcada do Douro e no Porto. É inegável a dimensão regional e intermunicipal deste evento: ao trazer à discussão matérias que estão no fulcro da principal atividade agrícola deste território, ao ter envolvidos todos os municípios da Região Demarcada do Douro neste projeto, muitos deles destinos das visitas técnicas programadas, outros com potencial oferta enoturística para congressistas em permanências complementares. O *Congresso Douro & Porto 2020 - Memória & Futuro* contará no seu programa com conferências plenárias, com comunicações científicas e com visitas de natureza técnica à Região Demarcada do Douro. É seu intuito de mostrar um território marcado por enormes desafios edafoclimáticos onde o Homem, com grande determinação e capacidade, foi capaz de otimizar os recursos naturais e conseguir cultivar vinha e fazer vinho, secularmente reconhecido pelos seus atributos. Nas várias ações programadas, serão protagonistas as gentes do Douro Vinhateiro, que em seu tempo conseguiram o primeiro modelo institucional de organização de uma região vitivinícola, que solidificou uma das Regiões mais consagradas do universo vitivinícola mundial. O empreendedorismo no Douro será mostrado, a nacionais e a estrangeiros, e ficará bem patente o enorme potencial tecnológico instalado, que leva à concretização de vinhos de inquestionável qualidade

22. No âmbito do programa de educação e **sensibilização ambiental** da Câmara Municipal de Murça, foi realizada a ação "A nossa casa é um planeta", que procurou reforçar os conhecimentos sobre o caminho da separação seletiva de resíduos, de forma didática. A ação de sensibilização pretendeu abordar o tema do ambiente de forma inovadora. Para isso, contemplou a visualização de filmes especialmente concebidos para a faixa etária de cada um dos públicos-alvo e jogos sobre a temática ambiental, sempre com o objetivo de consolidar o conhecimento obtido. Todos os alunos que frequentam o Ensino Pré-Escolar, o 2.º Ciclo e o Ensino Profissional em Murça já fizeram parte

da iniciativa, estando previstas, ações similares para os restantes níveis de ensino.

23. Murça recebeu no passado dia 08/12/2019, o primeiro encontro de **futsal para traquinas e petizes** desta época, numa coorganização do Município de Murça, do Murça Sport Clube e da Associação de Futebol de Vila Real, naquele que foi o 43.º Encontro de Futsal para Crianças.

24. Decorreu no dia 10/12/2019 em Vila Real, **Reunião da Comissão Distrital de Proteção Civil de Vila Real**, para análise do DECIR 2019 e outros assuntos. O ano de 2019 teve menos focos de incêndio e menos área ardida que em 2018, no distrito de Vila Real. Todos os Municípios do distrito de Vila Real têm ao Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios, aprovado. A Comissão Distrital está em desacordo com a proposta do Governo para 2020, relativa à alteração da lei orgânica da Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC) e concretamente quanto à mudança da divisão administrativa distrital para sub-regional, coincidindo com as áreas das comunidades intermunicipais. Para a CDPC todas as entidades têm necessariamente de ter a mesma distribuição territorial designadamente ANPC, Bombeiros, GNR, ICNF. Não se compreende neste momento dividir uma estrutura - CDOS Vila [Real](#), que dá garantias e funciona dentro dos parâmetros de eficácia exigidos e muito menos passar parte do distrito para a esfera das Terras de Trás-os-Montes, do distrito de Bragança.

25. A Câmara Municipal de Murça organizou no dia 11/12/2019 sessões de **teatro dedicado à quadra do Natal**, proporcionando um momento mágico aos mais novos. O espetáculo "Mestre Grilo Cantava e a Giganta Dormia", da autoria de Aquilino Ribeiro, foi recriado pela Companhia de Teatro Filandorra - Teatro do Nordeste, no Auditório do Centro de Cultura de Murça, para todas as crianças do Pré-Escolar, do 1.º e do 2.º Ciclos do Agrupamento de Escolas

26. No dia 14/12/2019, a CCDDR-N, em parceria com a Câmara Municipal de São João da Pesqueira, a Comunidade Intermunicipal do Douro e a Liga dos Amigos do Douro Património Mundial, evocaram, no Museu do Vinho, em São João da Pesqueira, os **18 anos do reconhecimento da UNESCO sobre a classificação do Alto Douro Vinhateiro a Património Mundial**. Na sessão, presidida pela Secretária de Estado do Turismo, Rita Marques, foi anunciado o vencedor do [Prémio Arquitetura do Douro](#). O Arquiteto Souto de Moura foi o vencedor do prémio arquitetura do douro com a central hidroelétrica do Tua. Foi também **evocado um Momento de Reconhecimento Público ao Engenheiro Ricardo**

Magalhães, que, desempenhou cargos governamentais, como Secretário de Estado dos Recursos Naturais, entre outubro de 1995 e novembro de 1997, como Secretário de Estado Adjunto da Ministra do Ambiente, de novembro de 1997 a outubro de 1999, e ainda como Secretário de Estado Adjunto da Ministra do Planeamento de outubro de 1999 a abril de 2002. Chefe de Projeto da Estrutura de Missão para a Região Demarcada do Douro de 2007 até 2012. Vice-Presidente da CCDR-N de 2005 a 2007 e de 2016 a 2019.

27. Decorreu no dia 15/12/2019, o **Convívio de Natal 2019 para Seniores com mais de 60 anos e pessoas portadoras de deficiência do Concelho de Murça**, com cerca de 600 participantes. O dia começou com a eucaristia, presidida pelos Sr. Padre Cristofe Gomes e após a eucaristia começou a ser servido o almoço. No decorrer da refeição foi distribuída uma lembrança pelos participantes. O dia terminou com a atuação de um grupo musical que animou os convivas. Deixo uma palavra de reconhecimento ao trabalho realizado e momento proporcionado aos nossos Seniores, pelos colaboradores do Município e instituições envolvidas.

28. Decorreu no período de **Natal, campanha de promoção do comércio local, para esta época**, com a distribuição de um vaso com pinheiro e um tapete vermelho por todo o comércio local, a fim de dar espaço à criatividade e torna-lo num verdadeiro "pinheirinho de natal". Os pinheiros utilizados são provenientes de uma ação de limpeza florestal, dentro da estratégia de Defesa da Floresta contra Incêndios. Desta forma, o material silvícola será reutilizado. Esta campanha conta ainda com a colocação de um outdoor junto ao Jardim de S. Miguel, distribuição de flyers com informação sobre a realização da feira de ano e ações previstas para esse dia, divulgação nas redes sociais e na imprensa regional. Pretendeu-se, com esta iniciativa, entre outras que tiveram lugar neste período, criar um ambiente acolhedor e festivo com o objetivo de valorizar e dinamizar a economia local.

29. No dia 19/12/2019 decorreu, em Guimarães, **reunião para a designação do Representante a indicar pela Associação Nacional de Municípios Portugueses para vogal da Autoridade de Gestão do Programa Norte 2020**. Esta é a entidade que, dentro da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, gere os fundos comunitários que são distribuídos pelas candidaturas da região norte. Esta comissão integra três elementos, o presidente da CCDR-Norte, por inerência, e um outro vogal, nomeado pelo Governo. O terceiro elemento é eleito pelos presidentes das Câmaras do norte do país. O Presidente da Câmara

de Torre de Moncorvo, Dr. Nuno Gonçalves, e o Presidente da Câmara de Mondim de Basto, Dr. Humberto Cerqueira, foram os dois candidatos para o lugar. Este lugar, nos últimos quatro anos, foi ocupado pelo Eng.º Jorge Nunes, que, entretanto, deixou de exercer estas funções. Nesta eleição, Humberto Cerqueira, Presidente da Câmara Municipal de Mondim de Basto, foi o eleito para vogal da Comissão Diretiva do NORTE 2020. Para esta função, quero expressar votos do maior sucesso no desempenho da sua função. Sei que irá desenvolver um trabalho profícuo para a região Norte.

30. No dia 21/12/2019, resultante da passagem da **Tempestade Fabien**, com Chuva e vento forte, que causaram danos avultados. Queda de árvores, muitas delas para estradas que ficaram temporariamente cortadas até à sua remoção ou para cima de fios elétricos e postes, levando a cortes na eletricidade e telefones. Apesar de inúmeras situações de perigo não houve vítimas a registar. As operações envolveram muitos meios humanos. Os Bombeiros e os serviços da autarquia estiveram envolvidas nas operações durante estes dias de temporal. Quero deixar registado o nosso voto de reconhecimento aos Serviços Municipais, designadamente os colaboradores que estiveram envolvidos na remoção de destroços, na reparação dentro do que foi possível, para que rapidamente e com segurança se normalizasse toda a circulação. Também aos Sapadores Florestais que deram também um importante contributo na resolução destes problemas. À GNR que esteve sempre a acompanhar o desenvolver dos trabalhos, com o corte e abertura de estradas. Aos serviços da EDP, Altice que também colaboraram e estão resolver aquilo que é preciso resolver. E, também, uma palavra de grande reconhecimento aos Bombeiros Voluntários de Murça que estiveram sempre presentes, com as aptidões que têm e a capacidade com que enfrentam as situações mais adversas, o entusiasmo a resolver as situações, que à partida parecem impossíveis. Há uma articulação excelente entre as instituições que estão aqui em causa, Autarquia, Bombeiros e GNR, que é muito bom para o sentimento de segurança que queremos transmitir e se faz sentir nos nossos Municípios.

31. No dia 06/01/2020, iniciou com **quatro estagiários, o Programa de Estágios Profissionais na Administração Local (PEPAL) no Município de Murça**, que, representa uma oportunidade de valorização profissional e de emprego de recursos humanos, através de estágios remunerados, na administração local. Publicidade e Relações Públicas, Engenharia de Reabilitação e

Acessibilidades Humanas, Desporto e Turismo, são áreas recrutadas pelo Município de Murça.

32. No dia 08/01/2020 o Município de Murça celebrou, o **Dia Internacional da Translação e Rotação da Terra**, com a entrega do livro "O Planeta Limpo do Filipe Pinto: + Energia" a todos os alunos e docentes do 1º ciclo de ensino. Esta iniciativa, que decorreu no Centro de Cultura de Murça, teve a presença do autor e músico, incluiu ainda uma sessão de formação e um concerto com músicas do projeto "Planeta Limpo", contando também com a participação entusiasmada da comunidade escolar. Integrado no Plano Nacional de Leitura e no Programa Eco Escola, esta obra literária constituiu uma importante ferramenta que possibilita uma explicação adequada aos mais novos acerca da importância das energias renováveis e da redução, reutilização e reciclagem dos resíduos, bem como das funções que estes desempenham ao nível da sustentabilidade, preservação do ambiente, proteção dos recursos naturais e hídricos. Esta obra enquadra-se na estratégia educativa do Município, pelo qual se pretende promover a cidadania ativa e sustentável, através de um programa de educação e sensibilização ambiental adequado às características dos mais jovens e à realidade natural da região. Foi iniciado o programa de educação ambiental "eco geração 2020-2024" que pretende ao longo de 4 anos letivos, ou seja um ciclo completo do 1 ciclo de ensino, desenvolver ações de promoção e de formação sustentável junto das crianças.

33. No âmbito do projeto junto à terra e de promoção e potencialização do Parque Regional Natural do Vale do Tua foi promovida uma ação do agrupamento de escolas que consistiu em dotar todas as salas de aula com ferramentas didático pedagógicas de análise e estudo do PNRVT, em concreto da sua biodiversidade e das suas características naturais, sociais, culturais e económicas. Para além do Kit PNRVT sala de aula que é constituído por Jogos, mapas, fichas, materiais digitais, cartas, etc. foi também distribuída uma mochila a todos os alunos do 3 ciclo e secundário. Este tipo de ações para além da valorização do território possuiu uma forte componente de formação e educação ambiental.

34. Durante o mês de Janeiro foram reportadas à CM Murça dois ataques de lobos no nosso concelho, tendo sido feita a comunicação à entidade competente nesta matéria, o Instituto Conservação da Natureza e Florestas que se deslocou aos locais para averiguações. Até ao momento ainda não nos comunicada os resultados das diligencias. Os alegados ataques do lobo ibérico

aconteceram na zona da terra Fria, e existiram mais reportes no concelho de Vila Pouca de Aguiar e de Alijo nos limites com o concelho de Murça, vamos estar atentos a esta situação

35. CAARPD, Centro de Atendimento, Acompanhamento e Reabilitação Social para PCDI, Acordo de Colaboração com a Associação A2000. A Câmara Municipal de Murça, no sentido de facilitar aos cidadãos portadores de deficiência, e consciente de que esta franja de população se apresenta mais desprotegida, independentemente da sua condição económica e cultural, entende que há necessidade de criar mecanismos de forma consciente, de modo a facilitar o poder de cidadania às pessoas portadoras de deficiência. O CAARPD é um serviço especializado, que assegura o atendimento, acompanhamento e o processo de reabilitação social a pessoas com deficiência e incapacidade e disponibiliza serviços de capacitação e suporte às suas famílias ou cuidadores informais. O funcionamento do CAARPD rege-se pelos princípios da humanização, respeito pela integridade, dignidade, privacidade e liberdade individual das pessoas com deficiência e incapacidade. A Associação A2000 de Apoio ao Desenvolvimento - A2000, é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, reconhecida como pessoa coletiva de Utilidade Pública, que tem como objetivos a integração social, comunitária e profissional de pessoas desfavorecidas. Tem como Missão formar, capacitar e inserir social e profissionalmente pessoas da região norte, prioritariamente as desfavorecidas, contribuindo para o aumento da sua qualidade de vida, mobilizando para tal as parcerias necessárias. O Acordo de Colaboração tem por objeto estabelecer e regular a colaboração entre o Município de Murça e a A2000, na intervenção psicossocial, no âmbito da deficiência ou incapacidade, no concelho de Murça. O presente Acordo visa o desenvolvimento de ações conjuntas promotoras do desenvolvimento de competências pessoais e sociais das Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (PCDI), facilitadoras da sua autodeterminação e participação na comunidade, garantindo-lhes a plena inclusão. Designadamente através da instalação e desenvolvimento da resposta social CAARPD (Centro de Atendimento, Acompanhamento e Reabilitação Social para PCDI), do Centro de Recursos para a Inclusão Profissional e outros projetos que viabilizem essa inclusão. O público-alvo são as pessoas com deficiência ou incapacidade (PCDI), residentes no Concelho de Murça. A Câmara Municipal deliberou por unanimidade, aprovar, o Apoio Financeiro de 17.560,00€ à Associação A2000, para a execução do referido acordo de colaboração.

36. No dia 24/01/2020, decorreu no Porto, **reunião com Administradores da EDP e da Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Tua, para anunciarem a venda das seis Barragens** Hidroelétricas, onde está incluída a Barragem de Foz Tua. A ADRVT foi criada no âmbito das medidas de compensação associadas à construção do aproveitamento hidroelétrico de Foz Tua, integrando os municípios de Murça, Alijó, Carrazeda de Ansiães, Mirandela e Vila Flor, que se mostraram muito preocupados com a concretização da venda por parte da EDP da concessão deste aproveitamento. Sendo a própria constituição da agência uma das medidas de compensação ao território, que integra também o concessionário EDP, que comunicou a intenção deixar de pertencer à Agência, e sabendo-se que outra das principais medidas - Sistema de Mobilidade do Tua, não está concretizada, foram pedidas informações ao Presidente da Agência Portuguesa do Ambiente, no âmbito das competências como autoridade de Avaliação de Impacte Ambiental, acerca dos passos que este processo vai ter e em que medida a ADRVT e os Municípios vão ser auscultados.

37. No dia 27/01/2020, decorreu no Porto, na **DGESTE (Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares)**, reunião com o Subdelegado Regional da Educação, onde estiveram presentes nesta reunião para além do Presidente e Vice-Presidente do Município de Murça, o Diretor e Subdiretora do Agrupamento de Escolas. O Assunto abordado prende-se com a **transferência de novas competências para o Município de Murça na área da Educação**. No âmbito do decreto-lei n.º 144/2008, a autarquia de Murça recebeu em 2009 novas atribuições e competências ao nível do pessoal não docente do ensino básico e da educação pré-escolar, estando igualmente inserido o apoio à família (fornecimento de refeições e prolongamento de horário no pré-escolar), atividades de enriquecimento curricular no 1.º ciclo, gestão dos parques escolares nos 2.º e 3.º ciclo, ação social escolar para os mesmos anos e transportes escolares até ao 3.º ciclo. Segundo o diploma do Governo agora promulgado, decreto-Lei 21/2009, às competências assumidas anteriormente, acresce o investimento, equipamento e manutenção de edifícios escolares alargados a todo o ensino básico e secundário, e o fornecimento de refeições nos estabelecimentos do 2.º e 3.º ciclo do ensino básico e do ensino secundário. Neste decreto-lei, salvo indicação em contrário, todas as competências previstas são exercidas pelo Município de Murça, com faculdade de subdelegação no Agrupamento de Escolas. Chegamos a um entendimento nesta reunião, que nesta fase, com o ano letivo em andamento e contratos a decorrer, estas novas competências devem ser subdelegadas no

Agrupamento de Escolas. Neste momento está a ser preparado um contrato de Subdelegação de competências no Agrupamento de Escolas de Murça.

38. No dia 27/01/2020, reuniu a **Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios**, com a presença do representante das Juntas de Freguesia, Comandante dos Bombeiros Voluntários, representantes da EDP, Gabinete Técnico Florestal, Aflodounorte e ICNF. Faltou a esta reunião o representante das Infraestruturas de Portugal. A EDP e Infraestruturas de Portugal, fazem parte desta comissão, devido a ações de prevenção que são necessárias nas vias Municipais e nas linhas de Média tensão. Esta reunião incidiu essencialmente na aprovação das ações na Defesa da Floresta Contra Incêndio e validação de uma alteração ao plano Municipal de Fogo, onde foram introduzidas novas áreas para queimar em 2020.

39. Dia 28/01/2020, no âmbito do projeto da Agenda para a Economia Circular da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte foi promovido um workshop pela Comunidade Intermunicipal do Douro no Regia Douro Park onde foi realçada a necessidade dos territórios passarem de uma economia linear para economia circular ou seja promover os territórios e as comunidade de forma sustentável. Foi ainda abordada a necessidade de mudar comportamentos numa estratégia da neutralidade carbónica e de minimizar eventuais impactes negativos de forma a contribuir para o combate às alterações climáticas.

40. No dia 29/01/2020, no âmbito do Dia Internacional da Educação, realizou-se o **workshop "Educação Parental"**, na Escola sede do Agrupamento de Escolas de Murça, tendo como público-alvo Pais e Encarregados de Educação, organizado pela equipa PIICIE, Planos Integrados e Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar do Município de Murça.

41. No dia 29/01/2020 realizou-se no Pavilhão Desportivo de Murça, o **"Festand"**, um evento que promove o contacto e a prática do Andebol, e foi dirigido aos alunos deste concelho que frequentam o Centro Escolar. Tem como objetivo o contacto com o jogo e o desenvolvimento das suas capacidades motoras, importante para o desenvolvimento físico. Neste encontro, com a participação de 150 crianças, foi lançada a Escola de Formação de Andebol de Murça, em parceria com a Federação Portuguesa de Andebol e Associação de Andebol de Vila Real, que vai iniciar as atividades da "Escola de Formação de Andebol em Murça", destinada a todas as crianças do Concelho, com idades compreendidas entre os 6 e 12 anos. Este projeto, enquadrado no protocolo assinado entre o Município e a Federação, tem como finalidade principal o

estímulo de hábitos de vida saudável e incrementando à prática de uma modalidade desportiva em claro crescimento no panorama desportivo nacional. A "Escola de Formação de Andebol" funcionará todas as quartas-feiras, das 16h30 às 17h30, no Pavilhão Desportivo de Murça.

42. No dia 31/01/2020, decorreu **reunião com o Dr. António Ponte, Diretor Regional de Cultura do Norte**, relacionada com o restauro de interiores da **Capela da Misericórdia de Murça**. Foram entregues a proposta de empreitada e caderno de encargos, para que seja lançado o concurso.

43. **Dia Mundial do Cancro 2020: sensibilizar e mobilizar para a luta contra o cancro.** A Câmara Municipal de Murça associou-se a esta causa na divulgação de diversas ações dinamizadas através do Núcleo de Apoio de Murça da LPCC - NRN. O Dia Mundial do Cancro é uma iniciativa dinamizada pela União Internacional de Controlo do Cancro (UICC) - rede de cooperação internacional que tem também como membro, desde 1983, a Liga Portuguesa Contra o Cancro (LPCC) que tem como missão ser "uma entidade de referência nacional no apoio ao doente oncológico e família, na promoção da saúde, na prevenção do cancro e no estímulo à formação e investigação em oncologia". "Eu Sou e Eu Vou" foi uma iniciativa que teve como objetivo apelar à consciencialização individual e coletiva na luta contra o cancro. Assim, e no âmbito do Dia Mundial do Cancro, assinalado a 4 de fevereiro, o desafio passou, por exemplo, saber mais sobre a doença, partilhar informação, fazer voluntariado ou fazer escolhas de vida mais saudáveis.

44. No dia 05/02/2020, decorreu em Lisboa no Ministério da Administração Interna, reunião com o Secretário de Estado Adjunto da Administração Interna, relacionado com as **novas instalações do Posto Territorial da Guarda Nacional Republicana**, situadas no edifício do "antigo infantário Amarelinho". Ciente da necessidade de estar dotado de instalações adequadas ao desempenho da missão policial, tendo em vista garantir a segurança e tranquilidade dos munícipes, o Município de Murça, a Secretaria Geral da Administração Interna e a Guarda Nacional Republicana, acordaram a celebração de um Protocolo, tendo em vista a futura execução das obras de remodelação / ampliação do Posto Territorial da Guarda Nacional Republicana de Murça.

45. **Reunião na Agência Portuguesa do Ambiente, no Porto.** A construção da barragem de Foz Tua deu origem a uma albufeira de águas públicas que nos termos do Decreto-Lei n.º 107/2009, de 15 de Maio, foi classificada através da Portaria n.º 91/2010, de 11 de Fevereiro de 2010, como albufeira

protegida, decorrente dessa classificação foi através do despacho 8097/2011 determinada a elaboração de um plano de ordenamento da albufeira, designado por Programa de Ordenamento da Albufeira de Foz Tua. Com vista a melhor perceber o ponto da situação foi solicitada pela Câmara Municipal uma reunião com a Agência de Portuguesa de Ambiente em novembro de 2019, reunião essa que decorreu nas instalações da APA em 6 de fevereiro de 2020. Fomos recebidos pela equipa técnica da APA e informados que o Programa de ordenamento se encontra numa fase final e brevemente entra na fase de discussão pública, existindo de acordo com a lei 30 dias úteis para participação, tendo sido garantido que durante o período de discussão pública a APA, em dias a acordar, vai estar disponível para esclarecimentos na delegação de Mirandela.

46. Porta de Entrada de Murça – Parque Natural Regional do Vale do Tua. No dia 13/02/2020, decorreu em Murça a cerimónia de abertura oficial da primeira "Porta de entrada" do Parque Regional do Vale do Tua, com a presença da Senhora Secretária de Estado do Turismo, Rita Marques. As "Portas de Entrada" são um espaço interativo de conhecimento e promoção do Vale do Tua, locais onde os turistas se poderão dirigir, para procurar informação, desde fauna e flora, património natural e cultural e obter apoio. Para além disso, sendo estes espaços, dinâmicos e interativos, poderão aprender e divertir-se em simultâneo. Neste edifício, passará também a funcionar o Posto de Turismo de Murça, um equipamento bem preparado e capacitado para um melhor acolhimento e informação aos turistas e visitantes.

47. Um grupo de universitários da missão país esteve na semana passada em Murça para ajudar a comunidade. Entre os dias 09 e 16/02/2020, chegaram a Murça cerca de 50 missionários, que trouxeram o espírito jovem e energia até à população, para realizar ações de cariz social, educativo e cultural. A "Missão País" é uma iniciativa desenvolvida anualmente por estudantes universitários em colaboração com importantes entidades nacionais, cujo objetivo principal é "o serviço à Comunidade", como por exemplo, a animação de lares, de creches, de escolas e andar de porta em porta a levar a alegria. Pelo caminho houve sempre uma palavra, sobretudo para os idosos, porque o trabalho destes estudantes universitários é também passar tempo com as pessoas.

48. Regulamento Municipal de Concessão de Apoio Financeiro Destinado ao Fomento da Produção Pecuária no Concelho de Murça. A Câmara Municipal

deliberou por unanimidade, aprovar a proposta Regulamento Municipal de Concessão de Apoio Financeiro Destinado ao Fomento da Produção Pecuária no concelho de Murça. Mais deliberou submeter esta proposta a discussão pública ao abrigo no artigo 56º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e ulteriores alterações, através de edital afixado nos lugares de estilo durante 22 dias uteis, bem como na página eletrónica do Município. Nos territórios rurais, a atividade pecuária é de particular importância uma vez que se orienta, fundamentalmente, para a pequena exploração agropecuária de natureza familiar, caracterizada pela notória insustentabilidade financeira, face aos custos associados à produção. Os encargos que os produtores pecuários têm que suportar, potencia o risco crescente do abandono da atividade e do negligenciar das responsabilidades em termos de saúde pública e animal. A concessão de um apoio financeiro aos produtores pecuários, com o propósito de apoiar a sua manutenção e até o seu rejuvenescimento, atenua as dificuldades dos produtores, alavanca a dinamização da atividade económica local, potencia ganhos económicos e sociais para o Concelho e promove o emprego e o equilíbrio ambiental. Dessa forma, pela exigência imposta pelo Ministério da Agricultura e por este cofinanciada nas medidas de ações de profilaxia sanitária, e com o contributo da Câmara Municipal de Murça no apoio à manutenção da atividade rural, procura-se a garantia do respetivo estatuto de saúde animal e de qualidade do produto final, mas também da existência de produtores pecuários em condições de assegurar a continuidade e expansão desta atividade económica no Concelho de Murça. Neste contexto, o apoio financeiro a conceder aposta não só na produtividade, mas também na sensibilização dos produtores pecuários para a importância do cumprimento das regras de saúde pública e saúde animal. Através deste Regulamento, estabelece-se um apoio financeiro aos produtores agropecuários como forma de incentivo à atividade económica e à fixação de pessoas, destinado ainda a estimular a produção pecuária, e, com isso, melhorar a economia local, definindo, ainda, os procedimentos necessários ao acesso a esse apoio financeiro, a fundo perdido, a conceder aos produtores agropecuários do Concelho de Murça.

Protocolos de Colaboração

49. Protocolo de Colaboração com a Associação Humanitária dos **Bombeiros Voluntários de Murça** para o ano 2020, no valor de **95.500,00€**.

50. Celebração de contrato de comodato entre o Município de Murça e a Fábrica da Igreja Paroquial de Murça, sala propriedade do Município de Murça, sito na Praça 5 de Outubro, na Freguesia de Murça, contiguo à garagem da Igreja Matriz de Murça.

51. **Adenda ao Protocolo de colaboração com a Associação Florestal do Vale do Douro Norte.** A Equipa de Sapadores Florestais de Murça designada por SF 26-118 foi reativada em Março de 2018, pela Associação Florestal do Vale do Douro Norte - AFLODOUNORTE e desenvolve atividade no Município de Murça. O programa de Sapadores Florestais tem como enquadramento legal o Decreto-Lei n.º 8/2017, de 8 de janeiro e estabelece o regime jurídico aplicável aos sapadores florestais e às equipas de sapadores florestais no território continental português. Proteger a floresta contra incêndios constitui um dos objetivos prioritários estabelecidos na Lei de Bases da Política Florestal. Desde março de 2018, a equipa de Sapadores Florestais de Murça, em articulação entre o GTF, o ICNF e a Associação Florestal do Vale do Douro, desempenhou ações de silvicultura preventiva com limpezas de faixas de gestão de combustível ao longo de estradas e caminhos florestais, ações de fogo controlado para a gestão de matos e criação de áreas de descontinuidade, ação de vigilância e patrulhamento durante o período crítico estabelecido para a época de incêndios florestais, enquadrou-se nas ações da Proteção Civil, para a primeira intervenção, apoio ao combate a incêndios florestais e operações de rescaldo, efetuou o melhoramento de 11,50 Km de caminhos florestais, executou a limpeza de matos ao longo das estradas municipais, polígonos industriais, aglomerados urbanos e povoamentos florestais em 57ha, desenvolveu ações importantes ao nível da Proteção Civil, sempre que surgiram situações meteorológicas anómalas, foi acionada por diversas vezes para trabalhos de desobstrução da rede viária, normalização das acessibilidades às habitações, caminhos agrícolas e vicinais e restabelecimento das redes de drenagem. Considerando a capacidade técnica e material da Equipa de Sapadores Florestais de Murça SF 26-118, o aumento de ninhos de Vespa Velutina do Concelho de Murça, a perigosidade da Vespa Velutina para as populações e também para a apicultura, a urgência em dispor de uma intervenção mais célere na remoção dos ninhos de Vespa Velutina, a necessidade de uma ação mais eficaz na Fitossanidade Florestal, através da identificação de pragas e doenças. Considerando ainda, a necessidade de alteração da cláusula sexta protocolo celebrado entre o Município de Murça e a Associação Florestal do Vale do Douro Norte, e a necessidade de efetuar

também, uma adenda ao referido protocolo. A Câmara Municipal deliberou por maioria, com os votos contra dos Vereadores do Partido Socialista, aprovar a proposta de Adenda ao Protocolo de Colaboração entre a Associação Florestal do Vale do Douro Norte e o Município de Murça - Equipa de Sapadores Florestais. Valor manteve-se inalterado 2.500,00€/mês.

52. Protocolo de Desenvolvimento Desportivo entre o Município de Murça e a **Federação Portuguesa de Hóquei**, sem contrapartida financeira.

53. Celebração de Contrato Interadministrativo entre o Município de Murça e **Universidade do Porto**. Sem contrapartida financeira.

54. Criação e Instalação do Centro Interdisciplinar, Transfronteiriço e Inter-regional de Memória da Educação (**CITRIME-MURÇA**). Sem contrapartida financeira.

Estes dois pontos surgem no âmbito da candidatura "Raízes da Educação para o Futuro", copromovida pela Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto e pela Universidade do Minho, em parceria com o Município de Murça, para um projeto de investigação científica e desenvolvimento tecnológico aberto pela Fundação para a Ciência e Tecnologia. O projeto tem como base a criação do CITRIME-MURÇA, que constitui um espaço de investigação, salvaguarda e valorização do "património histórico-cultural da educação escolarizada, ou não, na região, refletido em testemunhos materiais e imateriais expressos no território, nos saberes, na memória e na identidade da comunidade local, na sua interação regional e transfronteiriça". As estratégias de operacionalização do centro passam entre outros, pelo mapeamento e estudo do património material relacionado com a educação, pela criação de espaços de partilha intergeracional da herança cultural, pela promoção de ações de formação e divulgação de caráter inclusivo para as populações locais (de forma a valorizar o património cultural do Concelho de Murça e a sua identidade), pela promoção de parcerias com escolas e outras entidades da região e, ainda, pela organização de ações de cariz científico.

Apoios Financeiros

55. **Grupo Desportivo, Recreativo e Cultural de Fiolhoso e Beaufort**. Comemoração do 20.º Aniversário - 1.000,00€.

56. Clube Aventura do Minho, para a realização da **Rampa Porca de Murça 2020** – 7.000,00€. A Rampa Porca de Murça, organização conjunta do CAMI Motorsport e do Município de Murça, a 7 e 8 de Março, será a prova inaugural do Campeonato que de Portugal de Montanha JC Group. Apresenta duas novidades face às edições anteriores, com o objetivo de torná-la ainda mais emblemática mas também mais confortável para os pilotos e respetivas equipas. A primeira alteração prende-se com a localização do Parque de Assistência, que será transferido para uma zona mais ampla, de modo a proporcionar melhores condições de trabalho a todos os intervenientes. Por outro lado, o início da prova é antecipado em cerca de 50 metros, pelo que os pilotos percorrem a icónica ponte de um só arco sobre o Rio Tinhela, na EN 15, já com o cronómetro a contar. O perímetro do traçado totalizará 4250 metros.

Contratos de aquisições de serviços em execução:

57. Prestação de Serviços para a elaboração da "Operação de Reabilitação Urbana (ORU)" da Área de Reabilitação Urbana (ARU) de Murça

✓ Estado do procedimento: Em execução.

58. Levantamentos e Estudos de Caracterização da Área de Acolhimento Empresarial de Murça

✓ Estado do procedimento: Em fase de conclusão.

59. Aquisição de Serviços para Adequação do PDM Existente às Exigências Decorrentes do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT) - D.L. n.º 80/2015 de 14 de Maio

✓ Estado do procedimento: Em Execução.

60. Revisão do Projeto de Execução do "Interface de Murça"

✓ Valor da adjudicação: 9.300,00 €;

✓ Adjudicatário: BARRACINZA - Estudos e Projetos de Arquitetura, Lda.;

✓ Data da adjudicação: 17/09/2019;

✓ Estado do procedimento: Concluído e aprovado na reunião de executivo de 17/12/2019.

61. Revisão do Projeto de Execução de "Reconversão do Ex-edifício da Cooperativa dos Olivicultores para Serviços Operacionais da C.M.M."

- ✓ Valor da adjudicação: 9.900,00 €;
- ✓ Adjudicatário: José Manuel da Costa Oliveira
- ✓ Data da adjudicação: 17/09/2019;
- ✓ Estado do procedimento: Concluído e aprovado na reunião de executivo de 17/12/2019.
- ✓ Estado do procedimento: Concluído.

62. Reformulação do Projeto de Execução "Beneficiação da Escola EB2,3 e Secundária de Murça Ajustado aos Novos Montantes de Financiamento do NORTE2020"

- ✓ Valor da adjudicação: 19.900,00 €;
- ✓ Adjudicatário: Ana Roboredo & Joaquim Oliveira, Lda;
- ✓ Data da adjudicação: 16/09/2019;
- ✓ Estado do procedimento: Concluído.

63. Aquisição de energia elétrica em Média Tensão (MT), Baixa Tensão Especial (BTE) e Baixa Tensão Normal (BTN) lhes era comum e tinham interesse em integrar um procedimento igualmente comum para o biénio 2020/2021 (de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2020, renovável até 31 de dezembro de 2021)

- ✓ Informação de abertura para concurso público;
- ✓ Estimativa orçamental;
- ✓ Aprovação da proposta do protocolo;
- ✓ Valor da adjudicação: 332.525,71 acrescido de IVA, ISP e acesso as redes no valor global de 901.025,70€;
- ✓ Adjudicatário: LUZBOA - COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA LDA.;
- ✓ Data da adjudicação: 17/01/2020;
- ✓ Estado do procedimento: Em fornecimento.

Contratos de empreitadas em execução:

64. Expansão da Zona Industrial de Murça - Fase 3

- ✓ Estado do procedimento: Em fase de conclusão.

65. Requalificação do Espaço Público no Bairro do Pinheirinho

- ✓ Estado do procedimento: Em execução.

66. Requalificação do Espaço Público junto ao Cemitério

- ✓ Estado do procedimento: Em execução.

67. Ampliação do Espaço de Recreio do Pré-escolar e Correção Acústica em alguns Espaços do Centro Escolar de Murça

- ✓ Estado do procedimento: Concluído com receção provisória de 09/12/2019

68. Beneficiação da Via Municipal ER 314 - Penabeice - (Eliminação de Zonas de Perigo)

- ✓ Estado do procedimento: Em execução.

69. Calçetamento e Trabalhos Complementares na Rede de Saneamento Básico de Fonte Fria e Pavimentação

- ✓ Estado do procedimento: Em execução.

70. Beneficiação de Caminhos Florestais e Execução de Rede Primária e Secundária de Faixas de Gestão de Combustível - Candidatura PDR 2020-8.1.3-FEADER-045755

- ✓ Valor da adjudicação: 68.834,88 €;
- ✓ Adjudicatário: Floponor, S.A.;
- ✓ Data da adjudicação: 23/10/2019;
- ✓ Estado do procedimento: Em execução.

71. Execução pintura interior nas piscinas cobertas, residência de estudantes, biblioteca e impermeabilização do reservatório de águas de nascentes de Monfebres.

- ✓ Elaboração do mapa da prestação de serviços a realizar;
- ✓ Preparação das peças do procedimento para ajuste direto simplificado;
- ✓ Valor da adjudicação: 7.400,00 €;
- ✓ Adjudicatário: Luís Filipe Damas Noura;
- ✓ Data da adjudicação: 27/12/2019;
- ✓ Estado do procedimento: Concluído.

72. Interface de Murça

- ✓ Preparação das peças do procedimento para o Concurso Público;
- ✓ Início procedimento por concurso público aprovado em reunião de executivo de 17/12/2019
- ✓ Preço base: 410.000.00€
- ✓ Estado do procedimento: Não foram apresentadas propostas validas.

73. Reconversão do antigo edifício da Cooperativa Agrícola dos Olivicultores de Murça

- ✓ Preparação das peças do procedimento para o Concurso Público;
- ✓ Início procedimento por concurso público aprovado em reunião de executivo de 17/12/2019
- ✓ Preço base: 438.326,85€
- ✓ Estado do procedimento: Não foram apresentadas propostas validas.

74. Requalificação do Espaço Público na Intercessão da Rua Militão Bessa Ribeiro com a Alameda 8 de Maio

- ✓ Elaboração do mapa da prestação de serviços a realizar;
- ✓ Preparação das peças do procedimento para consulta prévia;
- ✓ Valor da adjudicação: 147.920,00 €;
- ✓ Adjudicatário: Estradas Pinheiro, Engenharia e Construção, Lda;
- ✓ Data da adjudicação: 11/02/2020;
- ✓ Estado do procedimento: Fase de formação de contrato.

Candidaturas a Programas de Financiamento

75. Expansão da Área de Acolhimento Empresarial de Murça

- ✓ Investimento Total: 235 645,08€
- ✓ Investimento não Elegível: 16 270,00 €
- ✓ Investimento Elegível: 219 375,08 €
- ✓ Comparticipação FEDER: 186 468,82 €
- ✓ Contrapartida Local: 32 906,26 €
- ✓ Taxa de Financiamento: 85%
- ✓ Estado: Aguarda Decisão de Aprovação

76. PROVERE - "Oficina Criativa"

- ✓ Investimento Total: 411 495,40 €
- ✓ Investimento Elegível não Comparticipado: 52 495,40 €
- ✓ Investimento Elegível: 359 000,00 €
- ✓ Comparticipação FEDER: 305 150,00 €
- ✓ Contrapartida Local: 53 850,00 €
- ✓ Taxa de Financiamento: 85%
- ✓ Estado: Aguarda Decisão de Aprovação

77. Inclusão ativa de grupos vulneráveis - Cultura para todos
- ✓ Investimento Total: 117 634,35 €
 - ✓ Investimento Elegível: 117 634,35 €
 - ✓ Participação FEDER: 99 989,20 €
 - ✓ Contrapartida Local: 17 645,15 €
 - ✓ Taxa de Financiamento: 85%
 - ✓ Estado: Aguarda Decisão de Aprovação
78. Projetos inovadores/experimentais na área social - Projetos Inovadores de Inclusão Social de âmbito Territorial
- ✓ Investimento Total: 176 470,12 €
 - ✓ Investimento Elegível: 176 470,12 €
 - ✓ Participação FEDER: 149 999,60 €
 - ✓ Contrapartida Local: 26 470,52 €
 - ✓ Taxa de Financiamento: 85%
 - ✓ Estado: Aguarda Decisão de Aprovação
79. Aumento da eficiência energética na Piscina Municipal Coberta de Murça
- ✓ Investimento Total: 387 446,00 €
 - ✓ Investimento Não Elegível: 21 031,63 €
 - ✓ Investimento Elegível: 366 414,37 €
 - ✓ Participação FEDER: 348 093,65 €
 - ✓ Contrapartida Local: 18 320,72 €
 - ✓ Taxa de Financiamento: 95%
 - ✓ Estado: Aguarda Decisão de Aprovação
80. D2Gov_Murça - Promoção das TIC na Administração e Serviços Públicos
- ✓ Em execução física e financeira
81. Requalificação do Espaço Público na Zona Desportiva
- ✓ Em execução física e financeira
82. Requalificação do Espaço Público no Bairro do Pinheirinho
- ✓ Em execução física e financeira
83. Requalificação do Espaço Público no Junto ao Cemitério
- ✓ Em execução física e financeira
84. Planos Integrados E Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar

- ✓ Em execução física e financeira

Estudos e Projetos

85. Apoio na coordenação do projeto "Passadiços do Tinhela";
86. Estudo Prévio e Projeto para a construção do "Centro Social do Fiolhoso";
87. Apoio à fiscalização na empreitada de "Requalificação do Espaço Público no Bairro do Pinheirinho";
88. Estudo Prévio e Projeto para "Requalificação do Espaço da antiga Escola Primária da Sobreira";
89. Estudos e projeto no âmbito do programa de apoio social a pessoas desfavorecidas no Concelho de Murça.
90. Estudo sobre acessibilidade a pessoas com mobilidade condicionada a todos os edifícios públicos e espaços públicos da vila de Murça;

Fiscalização de Empreitadas

91. Expansão da Zona Industrial de Murça - Fase 3;
92. Requalificação do Espaço Público no Bairro do Pinheirinho
93. Requalificação do Espaço Público junto ao Cemitério;
94. Beneficiação da Via Municipal ER 314 - Penabeice - (Eliminação de Zonas de Perigo);
95. Calçetamento e Trabalhos Complementares na Rede de Saneamento Básico de Fonte Fria e Pavimentação em Murça;
96. Beneficiação de Caminhos Florestais e Execução de Rede Primária e Secundária de Faixas de Gestão de Combustível - Candidatura PDR 2020-8.1.3-FEADER-045755;
97. Requalificação do Espaço Público na Zona Desportiva

Serviço de Obras e Oficinas

98. Trabalhos de reparação de calceta:
- ✓ Estrada N314 (conclusão, passeios);

- ✓ Bairro Social;
- ✓ Rua Alfredo Pinto;
- ✓ Lugar de Miradouro, Cadaval;

99. Colaboração com a empresa Águas do Interior Norte AdIN:

- ✓ Reparação de conduta de saneamento em Cadaval;
- ✓ Reparação de conduta de saneamento em Porrais;
- ✓ Reparação de conduta de saneamento em Murça;
- ✓ Reparação de avaria na Rede de Águas em Noura;

100. Informação dos processos de obras e outros objeto de despacho:

Aprovação de Projetos de Arquitetura / Especialidades / Prorrogações e Outras				
Requerente	Localidade	Tipo de Projeto/Processo	Data do Pedido	Data do despacho
Belmiro José Fernandes	Vilares	Aprovação de Projeto de Arquitetura / Legalização de habitação	12/08/2019	11/05/2019
Armando Licínio da Silva Timóteo	Vilares	Projeto de arquitetura / Garagem arrumos	13/09/2019	14/11/2019
Luis Manuel Perdigão Marques	Murça	Projeto Arquitetura / Habitação Unifamiliar	30/10/2019	18/11/2019
Carlos Alberto Alves Oliveira	Jou	Projeto de arquitetura / Reconstrução ampliação de habitação	28/10/2019	11/12/2019
Mário Telmo Almeida de Castro	Mascanho	Reapreciação Projeto de arquitetura / Legalização de habitação	30/10/2019	10/12/2019
Florinda Teixeira da Cruz Santos	Cadaval	Aditamento ao projeto de arquitetura / Reconstrução ampliação de	18/02/2019	29/11/2019
Luis José Teixeira	Palheiros	Aditamento Projeto de Arquitetura / Construção de alpendre	08/10/2019	12/12/2019
Carlos alberto Alves Oliveira	Jou	Aprovação de Especialidades / Habitação	19/12/2019	13/01/2020
Amilcar Augusto Rainha	Sobreiro	Aprovação de Arquitetura de Habitação	01/07/2019	04/11/2019
Carlos Moutinho Carvalho	Murça	Aprovação de Arquitetura de Habitação	24/05/2019	21/01/2020
Aba Paula de Jesus Lopes	Murça	Aprovação de Arquitetura de Habitação	08/08/2019	21/01/2020
Moisés dos Anjos Batista	Vilares	Aprovação de Arquitetura Especialidades de Habitação	16/10/2019	15/01/2020

Cândido Augusto Alves de Sousa	Salgueiro	Aprovação de Arquitetura de Reservatório de Água	27/11/2019	15/01/2020
Emissão de Alvarás de Licenciamento e Utilização e Outros				
Requerente	Localidade	Tipo de Projeto/Processo	Data do Pedido	Data do despacho
João Augusto Alves Elias	Candedo	Declaração	28/10/2019	06/11/2019
António Joaquim Alves Ribeiro	Sobreira	Declaração isenção Licença Municipal	30/10/2019	04/11/2019
Cabeça de Casal da Herança de António José	Jou	Certidão de Compropriedade	03/10/2019	06/11/2019
Acácio Martins Esteves	Salgueiro	Certidão de Compropriedade	16/09/2019	15/11/2019
União de Créditos Imobiliários,	Noura	Certidão de isenção Art.º 594	20/09/2019	19/11/2019
Francisco António Félix Fernandes	Noura	Certidão de isenção Art.º 846	07/11/2019	21/11/2019
Iria dos Santos Alves	Palheiros	Certidão de compropriedade	30/10/2019	08/11/2019
Cristina Filipa Vales Prazeres	Noura	Licença de utilização / Estabelecimento de bebidas	14/11/2019	10/12/2019
António da Rocha	Murça	Licença de construção / Armazém	22/11/2019	05/12/2019
Maria Ilidia Pereira Teixeira	Murça	Certidão narrativa	28/11/2019	06/12/2019
Mário Telmo Almeida de Castro	Mascanho	Licença de legalização de habitação	30/10/2019	27/12/2019
Divino Produtos Alimentares, Lda	Sobredo	Licença de utilização / Unidade industrial	11/12/2019	23/12/2019
Luís José Teixeira	Palheiros	Licença de utilização / Alpendre	08/10/2019	27/12/2019
Célia Andreia Félix Nunes	Murça	Licença de utilização / Habitação	11/12/2019	23/12/2019
Divino Produtos Alimentares, Lda	Sobredo	Declaração / Isenção licença obras interiores	23/12/2019	23/12/2019
Luís Manuel Perdigão Marques	Murça	Título admissão construção prévia / Habitação	09/04/2019	08/01/2020
Manuel Rodrigues Fernandes	Cadaval	Licença construção / Habitação	21/02/2019	07/01/2020
Diamantino Teixeira Lourenço	Carva	Licença construção / Muro vedação	10/12/2019	13/01/2020

Cabeça casal Herança de José J. Ferreira Fernandes	Carvas	Licença construção / Muro vedação	18/12/2019	13/01/2020
Maria Alice Gomes	Vargem	Certidão Isenção Art.º 784	19/12/2019	16/01/2020
Banco Comercial Português	Murça	Certidão Isenção Art.º 1030	23/12/2019	16/01/2020
Cabeça de Casal de José Pires Lima Castro	Noura	Certidão Isenção Art.º 1010	09/12/2019	14/01/2020
Marta Sofia de Sousa Correia	Palheiros	Certidão / Prédio Urbano Art.º 453 confronta a Norte com Rua Pública	10/01/2020	13/01/2020
Vítor Pedro Faria Augusto	Murça	Licença de utilização de Habitação	09/01/2020	21/01/2020
Carolina Augusta Monteiro Alves Streit	Cadaval	Licença construção de Muro de vedação	07/10/2019	20/01/2020
José Avelino Pinto Gonçalves	Carva	Certidão de isenção Art.º 646	18/12/2019	22/01/2020
Vitor Pedro Faria Augusto	Murça	Ocupação da via pública	16/01/2020	06/02/2020
Alexandre Nunes Faria	Murça	Construção de um telhado anexo	17/01/2020	20/01/2020
Luis Borges Capela	Martim	Certidão de isenção art.º 1361	02/01/2020	04/02/2020

Obras de escassa relevância urbanística

Requerente	Localidade	Tipo Licença / Comunicação prévia	Data do Pedido	Data da Emissão
Inácio Martins Mireles	Fiolhoso	Renovação do telhado / habitação	17/10/2019	06/11/2019
José Maria Teixeira Garganta	Cortinhas	Reconstrução telhado / indeferido	28/11/2019	23/12/2019
Guilhermino José Conceição Teixeira	Carvas	Substituição de telha em Habitação	03/01/2020	23/01/2020
Hugo Afonso Fonseca	Vilares	Substituição de telha em Habitação	09/01/2020	23/01/2020
Ricardo Jorge Machado Inácio	Murça	Substituição de telha em Habitação	20/12/2019	13/01/2020
Carlos Alberto Alves Saraiva	Salgueiro	Construção de Anexo / Pedido de parecer DRAPN	12/11/2019	15/01/2020
Eunice Raquel Vieira Silva	Suidro	Substituição de telha em Habitação	20/11/2019	17/01/2020
Armando Augusto Rebuge Guedes	Vilares	Construção de Escadas	16/01/2020	23/01/2020
Carlos Alberto Gomes	Palheiros	Substituição de cobertura em habitação	21/01/2020	27/01/2020
Silvino Teixeira Garganta	Cortinhas	Construção de um alpendre	02/08/2019	03/02/2020
Umbelina da Conceição Marcolino Rosa	Fiolhoso	Construção de um alpendre	14/11/2019	03/02/2020

Direito à informação Pedido de parecer e outros				
Requerente	Localidade	Tipo Licença	Data do Pedido	Data da Emissão
José António Pinto Zineira	Sobreira	Direito de Informação - VITIS	13/11/2019	27/11/2019
Orlando Augusto Teixeira Merêncio	Sobreira	Direito de Informação - VITIS	14/11/2019	27/11/2019
Dina Maria Inocência Rua Alves	Porrais	Direito de Informação - VITIS	09/10/2019	06/11/2019
Manuel Augusto Pinto Ribeiro	Porrais	Direito de informação - VITIS	22/11/2019	10/12/2019
Jorge Manuel Oliveira Merêncio	Sobreira	Direito informação - VITIS	14/11/2019	27/12/2019
Octávio Dias Rosa	Porrais	Direito informação - VITIS	14/11/2019	27/12/2019
Filipe Alexandre Bastos	Murça	Licença Especial de Ruído	16/12/2019	30/12/2019
Ruben Miguel Ribeiro dos Santos "Bar Puby"	Murça	Licença Especial de Ruído	12/12/2019	30/12/2019
Associação Cultural e Desportiva de Jou	Jou	Licença Especial de Ruído	17/12/2019	30/12/2019
Centro Cultural de Noura	Noura	Licença Especial de Ruído	23/12/2019	30/12/2019
Isabel Maria B. Merêncio	Sobreira	Programa VITIS	27/12/2019	08/01/2020
José António Pinto Zineira	Sobreira	Programa VITIS	12/12/2019	27/01/2020
Felisberto Augusto Monteiro Ribeiro	Porrais	Programa VITIS	30/12/2019	29/01/2020
Jorge Augusto Teixeira	Sobreira	Programa VITIS	13/11/2019	23/01/2020
Casa Agrícola Águia de Moura, Lda	Martim	Programa VITIS	21/11/2019	23/01/2020
Adelaide Correia de Araújo Catarino	Noura	Programa VITIS	13/11/2019	23/01/2020
Sociedade Vitícola e Vinícola de Martim	Martim	Programa VITIS	04/12/2019	17/01/2020
Maria Ribeiro	Monfebrès	Programa VITIS	09/12/2019	21/01/2020
António Maria Afonso Cid	Candedo	Programa VITIS	18/12/2019	29/01/2020
Maria Helena Fernandes Nunes	Porrais	Programa VITIS	18/12/2019	29/01/2020

- **O Presidente da Câmara Municipal, Mário Artur Lopes**, deu nota que na informação financeira na pág. 3 (numeração do dossier, a vermelho) existe um erro no valor da parcela referente a Dívidas empréstimos CP, para o ano de 2020 e que o valor correto é 833.455,03€.

- **A deputada do PSD, Catarina Gouveia**, cumprimentou todos os presentes e sobre este ponto referiu o seguinte:

Mais uma vez posso aqui nesta Assembleia Municipal, realçar uma medida no âmbito social que demonstra que os grupos mais carenciados e desprotegidos não estão esquecidos. São de louvar todas

as medidas que vão sendo impulsionadas e financiadas neste âmbito. Refiro-me concretamente ao ponto 35 da informação escrita do Sr. Presidente da Câmara.

Trata-se de um acordo estabelecido entre este Município e a Associação A2000, com um apoio financeiro no valor de 17.560,00€, em que o público-alvo são, mais uma vez, as pessoas com deficiência e incapacidade, e que visa a criação de um Centro de Atendimento, Acompanhamento e Reabilitação Social, de forma a disponibilizar serviços de capacitação e suporte para estas pessoas e seus cuidadores, garantindo assim uma maior inclusão.

Desconheço se este Centro já está criado e em funcionamento e quais as medidas concretas que vão ser adotadas, mas estou certa que com este financiamento e com o trabalho a desenvolver pela Associação A2000 (que tem vindo a desenvolver um trabalho meritório no Concelho de Murça), estas e outras medidas serão sempre positivas e relevantes para aqueles que merecem um olhar atento de todos e especialmente de quem governa.

Espero que assim continue, que consiga encontrar sempre medidas inovadoras, mas eficazes e inclusivas, seja para as pessoas com deficiência e incapacidade, seja para a população mais idosa e para outros grupos mais desprotegidos e que merecem a nossa atenção.

- O deputado do PS, Arménio Ribeiro, disse que a informação escrita é uma imagem de marca deste executivo e que mais uma vez publicamente louva esse trabalho, sugerindo que a mesma seja tornada pública nas plataformas digitais da autarquia.

Questionou o funcionamento da empresa “Águas do Interior Norte” nomeadamente espaço físico da delegação local de Murça e procedimentos como por exemplo liquidação das faturas de modo presencial ou apresentações de requerimentos, reclamações entre outros serviços. Aproveitou para louvar publicamente o trabalho dos colaboradores da autarquia que foram integrados na nova empresa, particularizando o Eng.º João Martins que durante mais de 20 anos esteve a coordenar toda a área de abastecimento e saneamentos do município, bem como a gestão dos resíduos, foram 20 anos de muito trabalho e de muitas mudanças, pelo que é justa esta menção e em sua opinião deveria existir uma forma de gratificação pública, como por exemplo, um voto de congratulação.

Numa estratégia de aproximação ao centro histórico da vila de Murça sugeriu que os futuros pontos de carregamento elétrico possam ser junto ao espaço histórico por exemplo próximo do Largo da Porca de Murça.

Saudou a iniciativa de promoção da eficiência elétrica, alertando que deve ser alargada a todo o município, bem como a nova estação meteorológica do plano da CIM Douro numa estratégia de monitorização das alterações climáticas.

Também saudou a aquisição de um trator e dos respetivos equipamentos, realçando que a autarquia deve ser cada vez mais autónoma em relação a prestadores externos e para tal é essencial equipar os serviços.

Questionou a participação dos membros do Município no Congresso Nacional da Associação Nacional dos Municípios Portugueses, nomeadamente se existiram intervenções por parte dos eleitos de Murça e solicitou que todos os documentos desse congresso e mais documentos produzidos pela ANMP sejam disponibilizados à Assembleia Municipal, nomeadamente por e-mail ou numa plataforma on-line.

Em relação ao congresso do vinho que vai ser realizado em novembro na CIM Douro e porque se realiza em novembro sugeriu que se possa, também, incluir um produto chave da região e particularmente de Murça como é a fileira da castanha

Em relação ao ponto 24, gostaria de saber qual é a opinião do executivo sobre a unidade administrativa da defesa da floresta ou seja distrito ou comunidade intermunicipal?

Louvou a dedicação dos serviços municipais e das autoridades de proteção civil como Bombeiros e GNR na reação à tempestade Fabien/Elsa, disse ainda, que estas tempestades foram um aviso para o futuro pois as consequências das alterações climáticas vão ser cada vez mais presentes e torna-se necessário incorporar nas nossas vidas e em todos os procedimentos esta realidade, seja ao nível preventivo seja em dotar o município de meios interventivos para qualquer eventualidade.

Sobre a possível venda de algumas hidroelétricas pela EDP, apenas lhe apraz dizer que volvidos mais de 10 anos do estudo de impacte ambiental e das compensações/minimizacões pela construção da barragem do Tua se mostra preocupada e confessou, desiludido pela forma como as medidas se operacionalizaram. Esperando, no entanto que a recuperação total da capela da Misericórdia possa ser uma realidade, ainda este mandato.

Em relação às novas instalações da GNR, viu publicado que estavam direcionados 500 mil euros para o posto de Murça, que segundo lhe foi informado será no antigo edificio do pré-escolar da CMM, o que lhe parece ser um local apropriado, esperando que se a verba não for totalmente gasta na reabilitação do edificio, possa o restante transitar para equipamentos físicos da GNR de Murça como sejam veículos.

Por fim, disse, que concorda com o comodato da fábrica da igreja de Murça com a CMM, mas estranha este assunto ser apenas para conhecimento via informação escrita e na mesma sessão existir outro ponto similar para deliberação. Mais realçou, que atualmente nesse espaço se encontra material histórico da autarquia, nomeadamente livros e documentos que devem ser rigorosamente salvaguardados no processo de mudança.

Finalizou, questionando o ponto de situação do Centro Social de Fiolhoso e a casa Mortuária de Fiolhoso.

- O Presidente da Junta de Freguesia de Murça, José Santos, disse que relativamente à Informação escrita do Sr. Presidente iria abordar o ponto 6 - *Índice de Presença na Internet das Câmaras Municipais IPIC - Site da Câmara de Murça premiado pelas Nações Unidas, Universidade do Minho e Agência para a Modernização Administrativa.*

A Universidade do Minho e a Universidade das Nações Unidas, em conjunto com a Agência para a Modernização Administrativa, organizaram a sessão pública de apresentação dos resultados do Índice da Presença na Internet das Câmaras Municipais 2019 (IPIC).

A presença das Câmaras Municipais portuguesas na Internet tem sido, desde 1999, objeto de estudo do Gávea1 – Observatório da Sociedade da Informação – que, através da publicação de relatórios periódicos, intitulados Presença na Internet das Câmaras Municipais Portuguesas, apresenta a avaliação dos sítios Web dos municípios portugueses. Com estes estudos, elaborados de dois em dois anos, o Gávea pretende, assim, analisar e registar a evolução da presença dos municípios portugueses na Internet.

O site do Município de Murça obteve o segundo lugar no ranking global do Índice da Presença na Internet das Câmaras Municipais 2019, entre os 308 municípios portugueses, além de arrecadar mais duas distinções em subcategorias, "Conteúdos: Tipo e Atualização" e uma Menção Honrosa na vertente da "Participação" atribuída aos 10 finalistas nomeados para cada subcategoria, numa sessão presidida pela Ministra da Modernização do Estado e da Administração Pública, Alexandra Leitão.

Recorde-se, que já no ano de 2017 o Município de Murça tinha alcançado o primeiro lugar do ranking neste mesmo Índice da Presença na Internet das Câmaras Municipais.

Quero nesta sessão da Assembleia Municipal, deixar registada uma palavra de reconhecimento, pela dedicação e trabalho desenvolvido, pelos técnicos da Divisão de Tecnologias de Informática e Comunicações do Município de Murça, na pessoa do seu chefe de divisão, Eng.º António Alves.

- O deputado do PSD, Carlos Silva, cumprimentou todos os presentes e disse que sobre a Informação Escrita do Sr. Presidente, iria referir alguns pontos.

Manifestou agrado por finalmente a empresa Águas do Interior Norte ter iniciado a sua atividade e por estar em condições de poder iniciar os trabalhos de reabilitação da ETAR da Freguesia de Jou, criando mais-valias, para a Freguesia e para o Concelho. Lembra que há vinte anos que reside em Jou e que até lhe parece que aquela ETAR nunca funcionou.

Deu os parabéns ao executivo por finalmente estar a tratar do problema da Iluminação Pública, reforçando-a em diversos locais do concelho. Deseja que com a substituição de luminárias, para a tecnologia LED se possam ver reduzidos os custos mensais de iluminação pública e que também a Freguesia de Jou, possa ser contemplada com a colocação de pontos de luz que estão em falta em algumas ruas, concretamente na estrada municipal 1176, em que há um troço de estrada que nunca teve iluminação, pese embora estejam lá os postes, assim como, num outro troço de estrada que liga o lugar do Banho ao Bairro do Rio.

Mostrou-se agradado pelo executivo camarário se estar a preocupar com os equipamentos do Município, pois esta é uma matéria muito importante e há vários anos se tem vindo a descurar. Referiu a aquisição de um trator, devidamente equipado e que muita utilidade irá dar a todo o Concelho. Assim como muitos outros equipamentos que seriam fundamentais adquirir e fazem falta, nomeadamente um Cilindro, pois iria permitir desenvolver pequenos trabalhos na reparação de estradas, mais facilmente e com menos custos.

O Município deve continuar a incentivar e a procurar novas modalidades desportivas, para os jovens do nosso Concelho e para que os equipamentos instalados sejam melhor e mais utilizados por todos. Referiu o ponto 75 e parabenizou a Autarquia pelo apoio dado às iniciativas promovidas pelas Instituições do Concelho. A Associação Cultural de Jou há muito tempo parada tem agora uma nova direção e decidiu e bem, dar uso àquele belo espaço, com um plano de atividades culturais e recreativas bem diversificadas. Espera que esta associação que tem estatutos próprios e completamente legal, venha a ser apoiada pela Câmara Municipal, à semelhança do que tem vindo a acontecer com outras associações do Concelho, através da atribuição de um subsídio. Aquele belo espaço deve ser rentabilizado ao máximo, não apenas para as gentes de Jou, mas também para todos quantos os queiram visitar.

Por último, referiu o ponto 100, aludindo estar manifestamente satisfeito por verificar a enorme quantidade de projetos de arquitetura / especialidades / prorrogações e outras, que deram entrada nos serviços técnicos da Câmara e foram despachados. Parabéns ao executivo e aos serviços técnicos por, finalmente, estarem a funcionar.

- A deputada do PS, Edite Sousa, cumprimentou todos os elementos da mesa, vereadores, deputados de ambas as bancadas, presidentes de Juntas, em especial o Presidente da União de Freguesias de Noura/Palheiros, por os ter acolhido neste agradável espaço, aos colaboradores da autarquia e a todo público presente.

Relativamente à informação escrita do Sr. Presidente, disse que ela é cada vez mais extensa, que certamente dá bastante trabalho a quem a elabora e que na verdade espelha bem o dia-a-dia da autarquia.

Sobre o ponto 35, reitera aquilo que a deputada Catarina disse na sua intervenção, sobre este ponto, aludindo que também a Santa Casa fez duas candidaturas, para duas jovens que estiveram lá a trabalhar em colaboração com a Associação A2000.

Sobre o ponto 42, lamenta que, mais uma vez, tenha havido uma reunião entre a Câmara, a DRCN, a AMA, e a Paróquia de Murça, sobre as obras da Capela da Misericórdia e a Santa Casa não ter sido convocada e que apenas teve conhecimento dela porque vem referida na informação escrita. Concorde que as obras têm de ser feitas, mas não entende porque é que a Santa Casa continua a não ser tida nem achada, até porque já na reunião anterior, o Sr. Presidente lhe respondeu que, certamente, teria havido esquecimento, voltar agora a acontecer é no mínimo estranho.

Sobre o ponto 47, disse que, efetivamente foi muito agradável a Santa Casa ter partilhado e colaborado, durante aquela semana com o aquele grupo de missionários. Foi uma experiência muito gratificante ver todo o trabalho que fizeram junto dos idosos e das crianças da Santa Casa. Também os idosos ficaram muito agradecidos e muito contentes por terem privado com aqueles jovens, tendo muitos deles manifestado que iriam sentir muitas saudades daqueles agradáveis momentos.

Sobre o ponto 72 disse que Murça, neste momento, quase não tem autocarros e ultimamente são poucos os que vêm a Murça, causando bastantes constrangimentos a quem precisa utilizar este transporte.

Recordou que o deputado Carlos Silva na sua intervenção fez referência ao apoio dado pela autarquia às Associações do Concelho e disse que ela quando sócia deste Centro Cultural de Noura não tem conhecimento que a Câmara Municipal tenha deliberado qualquer verba, para esta associação.

- O deputado do PSD, Carlos Silva, relativamente ao ponto 12, questionou que utilidade vai ser dada aquela casa ou ao espaço daquela casa, que a Câmara adquiriu em Murça.

- A deputada do PS, Paula Catarino, cumprimentou todos os presentes e sobre a informação escrita referiu que se pode verificar uma diminuição da dívida, contudo questionou porque é que aparece em 2019 nas dívidas a curto prazo com zero e depois inicia em 2020 com 900 mil euros e mesmo que fosse retirada da dívida de empréstimos de longo e médio prazo, há uma diferença que, embora pouco significativa, não está bem explicada. Disse verificar que nestes 50 dias de 2020 as disponibilidades aumentaram em 450 mil euros, o que é bom, mas é importante referir que as dívidas a fornecedores, neste período, também aumentaram mais de 300%.

Referiu-se ao ponto 4, dizendo que ficou um pouco confusa por não saber da parte de quem será este financiamento de 5 anos, se da Câmara se das Águas do Interior Norte.

Sobre o Ponto 6, referiu a intervenção do Sr. Presidente da Junta de Murça, relativamente à distinção e embora continue em lugares cimeiros, lamenta que a posição da Câmara tenha descido de 2017 para 2019. Desde outubro de 2019, concretamente na zona de Sobreira e Porrais a água deixou de ser cobrada pelo funcionário da autarquia e não houve a preocupação de informarem, convenientemente, nem mesmo através do site da autarquia, da forma como iria funcionar este serviço quando deixasse de ser da responsabilidade da autarquia. Os munícipes não receberam a fatura, não sabem se é para enviar a contagem, onde se podem dirigir e naturalmente houve falha, relativamente a este assunto.

Ponto 36 – questionou se nesta reunião com a ADRVT falaram sobre o sistema de mobilidade e se vai ou não avançar.

Sobre o ponto 46 – Portas de Entrada da Vila, deu os parabéns ao executivo por ser esta a primeira porta a ser inaugurada e por terem dado continuidade a um trabalho que vinha do executivo anterior, o que é bom. Contudo, lamenta que enquanto deputada da Assembleia Municipal não tenha tido conhecimento daquela inauguração e apenas ficasse a saber da sua realização, através do *Facebook*, referindo que todos os membros eleitos devem ser convidados, para este tipo de cerimónias.

- A Presidente da Junta de Freguesia de Jou, Helena Teixeira, cumprimentou todos os presentes e sobre este ponto referiu o seguinte:

“Relativamente à informação do Sr. Presidente, quero evidenciar em primeiro lugar o detalhe e a qualidade de informação que é fornecido a esta Assembleia Municipal. De facto, demonstra a iniciativa e a concretização por parte dos serviços municipais.

Em segundo lugar quero fazer referência, relativamente a esta informação escrita, aos pontos 13 e 48. O ponto 13 refere o reforço do equipamento de combate à Vespa Asiática. Esta aquisição permite equipar ainda melhor o dispositivo humano afeto a esta atividade, concretamente os Bombeiros Voluntários de Murça e o Gabinete Técnico Florestal, com mais fatos especiais para a remoção dos ninhos, assim como com uma vara extensível com queimador, para que, sempre que possível, se eliminem os ninhos no local. Este serviço que o município preparou é muito importante, pois todos sabemos do perigo para a saúde pública e dos prejuízos que a Vespa Asiática causa nos apiários. Este é um apoio bem aplicado aos produtores de mel do Concelho de murça.

O ponto 48 refere o apoio financeiro destinado ao fomento da atividade pecuária. Esta iniciativa revela uma vez mais que este Executivo tem real interesse em apoiar o dinamizar o setor primário. Folgo em saber, que o processo está na sua fase final, para que dentro em breve os produtores de bovinos, ovinos, caprinos e devo referir ainda, pois não é habitual nos municípios vizinhos, o apoio à suinicultura, possam ter apoio financeiro que, além de estimular a atividade pecuária que, tem um importante impacto social e económico no Concelho, contribui ainda para uma maior garantia do cumprimento das regras de saúde pública.”

- O Presidente da Câmara Municipal de Murça, Mário Artur Lopes, disse que na verdade são muitos pontos, mas acima de tudo há que salientar o trabalho dos colaboradores do município. Esclareceu que esta informação diz respeito a um conjunto de atividades desenvolvidas no período compreendido de 6 novembro 2019 a 18 de fevereiro 2020, no Município e que, a cada um dos responsáveis, de cada setor, é solicitado que lhes façam chegar informação sobre atividades que foram desenvolvidas, neste período e a informação escrita é isso mesmo.

Esclareceu a deputada Paula Catarino que os convites foram remetidos via e-mail e se o não recebeu foi porque houve alguma falha com o e-mail. É importante que os convites cheguem, mas o essencial é que aquele espaço é nosso e está aberto ao público. Ressaltou, mais uma vez, o trabalho desenvolvido pelos colaboradores da autarquia e aproveitou para enaltecer o excelente trabalho desenvolvido pelo técnico Arménio Ribeiro por todo o apoio que tem dado aos colaboradores que estão lá neste momento a assumir a sua função em matérias bem complexas como sendo as da ADRVT, do Parque e do Programa, reiterando que nunca se deve ficar incomodado por reconhecer o trabalho bem feito.

Quanto à questão colocada pelo deputado Arménio Ribeiro, sobre o local, em Murça onde as questões da água e saneamento podem ser tratados, disse que em Murça, temporariamente, as pessoas que o pretendam fazer, terão de se dirigir ao Auditório Municipal, onde estará um funcionário da empresa ADIN a prestar os devidos esclarecimentos. Mas, caso ainda persistam dúvidas e seja necessário, podem dirigir-se à Câmara Municipal. Para que não haja qualquer confusão, entre atividades do município e quem tem a gestão deste serviço a prestar, foi acordado na maior parte dos Municípios, que existiria um local próprio. Esta foi uma decisão tomada tardiamente porque, no início, a vontade que havia era que existisse um espaço no Município onde estes assuntos pudessem ser tratados. Em sua opinião isto, não seria muito razoável e criaria alguma confusão. Reitera que existe uma empresa que é ADIN que tem de prestar um serviço de qualidade e o Município, enquanto associado tem de ser uma espécie de entidade reguladora, podendo intervir, caso se verifique que alguma coisa não está a correr como acordado, fazendo-os cumprir. Conforme já referiu, haverá responsáveis da empresa que irão tomar as decisões e que dentro da legalidade se cumpra, como deve ser, as responsabilidades

de cada um. As situações são diversas. Existem Municípios que têm que implementar um regulamento de apoio social, que já estava previsto, mas que ainda não existia. Disse que em municípios semelhantes ao nosso, iria custar meio milhão de euros, porque tinham tarifas muito baixas. No caso do Município de Murça as tarifas não são assim tão baixas e permitem-nos colmatar as diferenças que surgirem em termos de tarifa e que vai dar uma despesa anual, para o Município na ordem dos 100 mil euros. Há 2500 clientes que usufruem do saneamento e há 4000 que usufruem do fornecimento de água. Daquilo que está previsto que possa ser o apoio social, nestas duas grandezas numéricas, implica em termos financeiros cerca de 100 mil euros. Nesta fase de transição, irão procurar amortecer algum acréscimo que possa implicar este novo ajustamento, que irá custar à autarquia cerca de 100 mil euros. Este valor, caso a caso, irá ter o impacto que tem, mas o importante é que os problemas de saneamento que existem sejam ultrapassados. Referiu que há 3 milhões de euros de investimento que serão comparticipados com fundos comunitários, mas importa referir que parte deste investimento é pago pelos utentes e esperam que a empresa agora criada preste um bom serviço, no âmbito do saneamento e abastecimento de água. Admite que não houve desleixo da parte da autarquia, mas houve um relaxar de algumas ações, durante este tempo, porque não valia a pena estar a investir de forma exagerada, se, entretanto, existiria outra empresa que iria ter comparticipações, para fazer estas intervenções. Contudo, alguns assuntos foram sendo resolvidos, nomeadamente no Fiolhoso onde a ETAR que nunca tinha funcionado, há cerca de três meses passou a funcionar e puderam entregar aquele equipamento à ADIN em devidas condições. Esclareceu que este serviço tinha uma despesa na ordem dos 600 mil euros e uma receita na ordem dos 300 mil euros, criando um desequilíbrio. A entidade reguladora – ERSAR não permitia que esta situação continuasse e tiveram que entrar neste processo, ou então, teria de haver uma mudança unilateral que seria bem complicada, porque não haveria comparticipações.

Sobre o ponto 7 – Comissão de Trânsito, registou com agrado a disponibilidade demonstrada de todos os intervenientes que fazem parte desta Comissão, nomeadamente o Comandante da GNR, dos BVM e de outras pessoas da comunidade, para que se corrijam os problemas de trânsito no Concelho. Relativamente ao espaço destinado ao carregamento de carros elétricos, disse que com certeza a seu tempo irá surgir essa oportunidade. Ainda sobre Comissões, aproveitou para referir a Comissão de Toponímia, salientando o trabalho desenvolvido pelos colaboradores envolvidos, bem como dos políticos que se disponibilizaram e envolveram nesta matéria, concretamente o Vice-Presidente e a Sra. Vereadora, D. Ana Paula Cruz, reiterando que é preciso decidir e nem sempre se gosta de assumir a responsabilidade das decisões em questões complicadas e polémicas, como estas e que, em breve, estas questões de toponímia, ficarão completamente formatadas e georreferenciadas.

Sobre a cobrança da água, respondeu à deputada Paula Catarino que há colaboradores que estão de atestado e que, concretamente o João Sampaio avisou que no mês seguinte não iria fazer a cobrança

porque tinha uma cirurgia marcada. Contudo, este é um assunto que será ultrapassado e tudo irá voltar à sua normalidade.

Referiu que tudo o que está a acontecer com a instalação de LED's é a expensas da EDP e o que se pretende é que seja extensivo a todo o Concelho, permitindo uma poupança significativa de energia.

Disse que o Trator que foi adquirido pela autarquia era uma necessidade antiga, que custou cerca de 90 mil euros e que para além de corta sebes, também tem um depósito de sugar água e saneamento e que permitira fazer uma série de trabalhos.

Sobre o Congresso do Vinho, disse que não é tão pessimista como o deputado Arménio, mas também não é tão sonhador. Contudo, reconhece que se pretenderem meter tudo no mesmo saco, acabam sem nada. Disse estar expectante, que tem uma ideia do que se passa no Douro Vinhateiro e que irão resolver o problema do IVDP. Agora, se começarem a meter lá a amêndoa, a castanha e sem o problema do vinho resolvido, é dar espaço para que nada se resolva. O importante é fazer bom vinho e vendê-lo o mais caro possível.

Sobre a tempestade, disse que muita coisa aconteceu, mas o mais importante é deixar um reconhecimento pela disponibilidade demonstrada pelos Bombeiros Voluntários, pela Associação Florestal e pelos colaboradores da autarquia que, naqueles momentos difíceis, foram incansáveis em resolver da melhor forma possível as diversas ocorrências.

Quanto à venda de Barragens, referiu que é um assunto complicado e que o desagrada bastante. Disse que os cinco municípios já falaram com a EDP, sobre esta matéria. Contudo, referiu se é um bom negócio para quem compra, será que também não o era para a EDP? O que lhes disseram foi que o objetivo da EDP é diminuir passivos e mudar a estratégia mais para as energias renováveis.

Sobre o assunto da Capela da Misericórdia, disse à deputada Edite Sousa que ele próprio telefonou ao Sr. Padre Sérgio, para pressionar a Direção Regional da Cultura e no dia em que eles cá vieram, reuniram com o Eng.º Rui Lopes sobre a apresentação do Caderno de Encargos. O que está previsto é que o dinheiro já recebido sustente a obra que tem de ser feita e se não foi chamada a Sra. Provedora da Santa Casa para falar sobre questões da Capela, não foi por falta de respeito. Finalmente há um trabalho de apresentação do Caderno de Encargos, para intervenção no interior e o importante é que a obra se realize.

Quanto às futuras instalações do Posto Territorial da GNR, disse estar agradado, pelo facto de ser entendido por todos, que o edifício do "antigo infantário Amarelinho" seja o local apropriado, por razões várias. Referiu que recentemente, reuniu em Lisboa, com o Secretário de Estado da Administração Interna, sobre esta matéria e está previsto terem o Protocolo, que será orientado o melhor possível, por forma a poder ter naquele espaço a GNR com as condições exigíveis.

Sobre o Contrato de Comodato com a Paróquia de Murça, disse que este assunto não veio à Assembleia Municipal porque é uma competência da Câmara Municipal, contrariamente ao ponto referente ao Contrato de Comodato com a Junta de Freguesia de Murça que sendo entre autarquias, a isso obriga. Quanto ao património que está naquele espaço cedido à Paróquia, disse que obviamente terá de ser salvaguardado.

Sobre os pontos 75, 76, 77 e 78 – Empreitadas, disse que um destes projetos tem a ver com a Zona Industrial, um outro com a parceria entre Tabuaço e S. João da Pesqueira relacionado com a área social, referindo que há uma verba disponível para que em conjunto se promovam ações na área social. O ponto 77 tem a ver com a área da cultura, sendo que nesta matéria irão poder enquadrar, por exemplo o apoio à Orquestra Geração. Disse ainda que o ponto 76 é referente às Oficinas Criativas, do Programa PROVER. É uma iniciativa no âmbito dos fundos geridos pela CIMDOURO, que promove iniciativas transversais ao território. A tipologia dos investimentos tem a ver com isso mesmo, aludindo que foram bastante criativos ao pensar neste projeto, procurando contemplar na Zona de Montanha, promovendo uma espécie de feiras onde os produtos locais fossem promovidos e divulgados, mas também poderem contemplar alguns investimentos de carácter material, porque estas medidas transversais ao território, permitem que haja uma parceria com um outro município. Para uma ação específica, para estas oficinas criativas e que implique deslocações, nomeadamente a Penabeice, foi necessário mostrar que, devido ao estado degradado da estrada não seria adequado e para cumprir este objetivo, foi contemplado o financiamento da estrada que está a ser feita em Penabeice.

Reitera aquilo que o Presidente da Junta de Murça, José Santos referiu na sua intervenção relativamente ao Índice da Presença na Internet das Câmaras Municipais 2019, manifestando com satisfação o facto da Câmara de Murça ter obtido o segundo lugar no ranking global.

Realçou a importância das novas modalidades desportivas, aludindo ao Protocolo assinado com a Federação Portuguesa de Andebol e a Federação de Hóquei em Campo.

Sobre o ponto 55 – Associações, referiu o apoio dado a Associação de Beauforte – Luxemburgo, aludindo que este apoio é meramente simbólico. É uma associação que querem valorizar, como sempre aconteceu e que vai fazer 20 anos e neste sentido, a Autarquia decidiu apoiar a compra de camisolas, para celebrar o seu 20º aniversário.

Respondeu à deputada Edite Sousa que relativamente à Associação do Centro Cultural de Noura e pese embora o Presidente da Associação não o tenha referido na sua intervenção, a Autarquia já deliberou esse apoio e que só ainda não está pago porque se está a aguardar a entrega de documentos, por parte da associação, aproveitando para questionar o deputado Alfredo Veloso se aquilo que acabou de referir era ou não verdade

- O deputado do PS, Alfredo Veloso, esclareceu, enquanto Presidente da Associação do Centro Cultural que, na última reunião da assembleia da associação, foi referido isso mesmo. A autarquia deliberou apoiar financeiramente a colocação de uma porta de emergência, neste Centro Cultural, no valor de cerca 1500€. Entretanto, a Autarquia solicitou uns documentos e que só muito recentemente ficaram disponíveis, para serem entregues.

- O Presidente da Câmara Municipal de Murça, Mário Artur Lopes, sobre o ponto 35 – Associação A2000, agrada-lhe que uma Associação com quem a Autarquia está a colaborar, também esteja a colaborar com outras Associações de Murça.

Sobre ponto 56, referiu a realização no próximo dia 7 e 8 de março da prova “Rampa Porca de Murça”, esclarecendo que, devido a uma exigência recente das entidades competentes, a prova iria começar depois da ponte e não antes, conforme referido na informação escrita.

Quanto ao “Interface rodoviário”, esclareceu a deputada Edite Sousa que isto não é uma Central de Camionagem, nem um estacionamento de autocarros. O interface rodoviário irá ocupar menos de metade daquele espaço verde do Jardim de S. Miguel. Esclareceu que há uma Medida que é o PAMUS – Plano de Apoio à Mobilidade Urbana Sustentável e que depois de aconselhados por técnicos responsáveis por mobilidade e com o Eng.º Jorge Nunes da Comissão de Coordenação, entenderam fazer aquilo que já foi feito, por outros municípios. O importante é criar condições, para que os autocarros venham a Murça, porque se a Rede Expresso puder em poucos minutos, sair da A4 e vir a Murça, não poluir muito, não precisar de fazer várias manobras e facilmente voltar a sair. Em todo lado o que se pretende é retirar o trânsito dos centros urbanos, evitando assim a poluição e só seria participado se este objetivo estivesse vertido no projeto apresentado, conseguindo-se assim uma participação de 85%. Reitera que qualquer projeto que se tenha nunca agradará a todos, mas o importante é criar condições para que quem precisa de utilizar estes transportes, tenha condições de o fazer e tenha também estacionamentos disponíveis para deixar a sua viatura, daí o nome de nó de ligação. Também na obra da Escola EB 2/3 haverá uma portaria de proximidade, aquele espaço e nas horas de ponta os alunos possam chegar com alguma facilidade, porque mesmo não havendo uma cobertura, fica relativamente próximo. Com a GNR localizada numa zona de equipamentos e com o interface ali localizado, com certeza que poderá funcionar muito bem.

Esclareceu o deputado Carlos Silva que compraram aquela casa na Rua dos Fornos, para juntarem a uma outra parte da casa que estava em ruínas e que já tinha sido comprada pelo anterior executivo, com o objetivo de criar um espaço, para quatro lugares de estacionamento bem necessários naquela zona da vila.

Quanto à intervenção da deputada Paula Catarino, disse que há prazos que têm de ser cumpridos, se a dívida a fornecedores estiver dentro do prazo, é sinal que se está a fazer muita despesa, mas se for boa, ótimo!

Quanto à questão da mobilidade no Tua, disse que embora devagar, vai avançando. Este é um assunto que envolve infraestruturas de Portugal, a CP e não é fácil o entendimento, porque estão em causa muitos milhões de euros.

Ainda sobre os apoios aos agricultores, referiu o combate à Vespa Asiática e o apoio à agropecuária.

O deputado do PS, Arménio Ribeiro, aludiu que pese embora não esteja referido na informação escrita, mas uma vez que foi abordado o apoio às associações e ainda bem que assim acontece e porque elas têm de existir, deu como exemplo o desfile de carnaval realizado na passada 6ª feira, referindo que com mais Associações a associarem-se ao evento, ele teria um impacto muito maior. Aproveitou ainda para referir que a Banda Marcial de Murça, que no dia de amanhã irá ter eleições, comemora este ano 150 anos de existência e seria importante a Autarquia, este ano, promover um programa conjunto, entre a Autarquia e a associação. Desafiou ainda a autarquia a estar atenta a possíveis fundos comunitários e que permita à BMM recuperar aquele imóvel.

- O Presidente da Câmara Municipal, Mário Artur Lopes, disse que a Autarquia tem de respeitar a autonomia das Instituições, mas que na verdade o que ele pretende é ir ao encontro das associações, referindo que dentro das possibilidades, procurarão apoiar e valorizar. As Associações têm de ser apoiadas nas iniciativas que elas promovam, porque se esperarmos que seja sempre o Município a promover a vida das Associações, é mais promiscuidade do que aquilo que deve ser. No caso concreto da BMM, são 150 anos e não deve ser tratado de ânimo leve e em conjunto, procurar encontrar uma solução. Quanto ao imóvel e a investimentos, há que estar atento e caso surjam fundos possíveis de ser candidatados, estarão disponíveis a apoiar.

_____/_____/_____

2 - Listagem com os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo do ponto 3, da autorização genérica concedida pela Assembleia Municipal de Murça de 28 de dezembro de 2017.

(Lei nº8/2012 de 22 de fevereiro)

A Assembleia tomou conhecimento

3 - Declarações nos termos do art.º 15º da lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro.

(Alínea a) e b) do nº 1 do art.º 15 da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro)

A Assembleia tomou conhecimento

4 - Proposta GAP2/2020 – Tarifário Social de Ajustamento ao Tarifário de Referência aplicável ao Município de Murça.

(nos termos do disposto na alínea k) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro).

- O Presidente da Junta de Freguesia de Murça, José Santos, sobre este ponto referiu o seguinte:

“O objetivo da tarifa social é permitir que as famílias com menos rendimentos possam ter acesso automático à tarifa social da água, poupando na fatura mensal.

A tarifa social já é recomendada desde 2009, pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) e a adesão dos municípios à tarifa social da água é voluntária.

Dos 14 Municípios do distrito de Vila Real, apenas 4 municípios não têm o tarifário social da água, entre os quais o de Murça.

O município de Murça decidiu em novembro de 2016, no anterior mandato, juntamente com os concelhos de Vila Real, Santa Marta de Penaguião, Mesão Frio, Sabrosa, Peso da Régua, Torre de Moncorvo e Freixo de Espada à Cinta, constituir a empresa Águas do Interior Norte – ADIN, para a gestão e exploração integrada dos sistemas municipais de abastecimento público de água e de saneamento.

Na decorrência da adesão do Município de Murça à Empresa Intermunicipal Águas do Interior Norte E.I.M., S.A. passará a ser aplicável ao Município de Murça a Tarifa de Referência aprovada pelo Tribunal de Contas para os Clientes deste sistema (22,97 €/ 10 m³). Tarifa essa proposta e aprovada em Reunião de Câmara de 04/11/2016 e de Assembleia Municipal em 24/11/2016.

Considerando que a sua aplicação imediata aos Munícipes de Murça significa que os mesmos vejam a sua fatura aumentada, entendeu o Município de Murça que este facto seria suscetível de se assumir

como um potencial problema social no Concelho, justificando-se desta forma a introdução de um período de ajustamento social ao tarifário de referência, que é isso que vamos agora deliberar.

Segundo percebemos nesta proposta, a aplicação deste tarifário a TODOS os utilizadores domésticos de contratos de abastecimento existentes no município de Murça, repito a TODOS, fica a cargo da Câmara Municipal, que transferirá, mensalmente, para a Empresa Águas do Interior Norte, o montante global que resulte do diferencial entre o valor faturado aos munícipes e aquele que seria o valor devido a ser faturado.

É de louvar o sentido de oportunidade deste executivo, em proporcionar aos cidadãos do nosso Concelho, a responsabilidade de o Município de Murça assumir o pagamento do diferencial da faturação aplicável relativamente à Tarifa de Referência aplicada pela Águas do Interior Norte, tratando-se uma medida que visa a promoção da coesão social e para a qual os cidadãos do nosso concelho precisam de se adaptar, de forma gradual, ao novo tarifário.

Termino perguntando ao Sr. Presidente, de que forma é que os nossos Munícipes vão ter conhecimento, dos custos suportados pelo Município em cada fatura da água? O valor do desconto vem discriminado na fatura?"

- O Presidente da Câmara Municipal, Mário Artur Lopes, disse desconhecer como acontecia antes, mas esta mudança que já se sabia que iria acontecer condicionou-os um pouco. Referiu que as faturas irão chegar e que todos devem esclarecer tudo o que vem referido nas faturas. No apoio social há dois tipos de tarifas: fixas e variáveis e o apoio que está a ser dado é nas tarifas fixas. Reitera que é importante a leitura da água, porque ela, agora, vai ser rigorosa.

- O deputado do PS, Alfredo Veloso, disse que na nota justificativa diz que o Tribunal de Contas aprova o valor de 22,97€ por 10 m³ e questionou se este será o valor que, daqui a três anos, o consumidor vai pagar.

- O Presidente da Câmara Municipal, Mário Artur Lopes, respondeu que este modelo no âmbito da Lei 50/2012, tem que ter o visto do Tribunal de Contas. O Tribunal de Contas prenuncia-se sobre um aspeto simples que é o EVF – Estudo de Viabilidade Financeira e esse estudo de investimentos e de todas aquelas despesas anuais têm de ser sustentadas com a receita que vem da tarifa. Pelo que, a tarifa de referência que eles têm, para 10 m³ é 22,97€. Este é apenas o valor de referência e quem não passar do 1º escalão nunca chegará a esse valor, por quantidade e pelos preços que também são mais baixos. Se consumir 10 m³, aquilo que está previsto é que nos biliões de metros cúbicos que esta empresa vai fornecer, por cada 10 m³ vai cobrar 22,97 € para financiar toda esta operação, seja de investimento

comparticipado, seja de funcionamento e de despesas gerais. Aquilo que o Tribunal de Contas aprovou foi um estudo económico-financeiro que é sustentável com aquela tarifa de referência e com a condição de que, no futuro, se a empresa tiver prejuízo, tem de aumentar esta tarifa e se ela tiver lucro, pode até baixa-la.

Votação:

Votantes	22
Abstenção	00
Contra	00
A Favor	22

Deliberação: aprovado por unanimidade

Votaram a favor:

Votaram contra:

Abstiveram-se:

Declaração de Voto:

5 - Proposta GAP8/2020 - Celebração de contrato de comodato com a Junta de Freguesia de Murça;
(Alínea j), do nº 1, do art.º 25º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 setembro)

- O deputado do PS, Arménio Ribeiro, questionou que utilidade pretendem dar ao espaço que, nestes últimos 10 anos, foi ocupado pela Junta de Freguesia de Murça, sugerindo que pode ser um arquivo histórico do Concelho, onde a autarquia pode arquivar os seus documentos históricos de forma adequada e centralizada.

- O Presidente da Câmara Municipal, Mário Artur Lopes, esclareceu que a sede da Junta vai para um novo espaço, através da celebração de um contrato de comodato, por um período de 10 anos, renovável. Quanto ao antigo espaço, o Presidente da Junta, nesta fase, pede para continuar a utilizá-lo durante mais algum tempo. Quando aquele espaço ficar disponível, obviamente que já têm algumas ideias, até porque na área social há muito para desenvolver

ao nível do CLDS, assim como tantas outras hipóteses, mas quando chegar a altura certa, irão tomar uma posição e ela será apresentada.

- O Presidente da Junta de Freguesia de Murça, José Santos, sobre este ponto referiu o seguinte:

“A Junta de Freguesia de Murça teve várias sedes, que me lembre:

Antigo Posto da Guarda Nacional Republicana – Teve que sair para remodelação do Edifício e acomodação dos Paços do Concelho.

Mudou-se para edifício no fundo do Parque de estacionamento da Praça 5 de outubro, onde funcionou a Ação Social do Município e hoje funciona a Divisão de Tecnologias de Informática e Comunicações.

Em 2010, saiu deste edifício para os fundos do largo do Paço, um edifício deslocalizado das principais repartições de serviços públicos.

Com a abertura da Porta de Entrada de Murça do Parque Regional do Vale do Tua, no edifício do Parque Urbano e com a acomodação do Posto de Turismo de Murça neste espaço, ficam vagas as instalações do antigo Posto de Turismo de Murça.

As instalações do antigo Posto de Turismo de Murça têm uma localização privilegiada, ponto de passagem para o edifício da Segurança Social, Repartição de Finanças, Segurança Social, Conservatória e Registo Civil, loja do Cidadão, Tribunal e centro local do ministério da agricultura, todos na mesma envolvente.

Tem duas agências bancárias a poucos metros.

Proximidade com a praça de táxis e tradicional feira quinzenal de Murça.

A facilidade de acesso a cidadãos com mobilidade reduzida.

Por estes motivos, manifestei o interesse em instalar a Junta de Freguesia no antigo Posto de Turismo de Murça, uma zona mais central, com outra envolvente e melhores acessibilidades aos Fregueses da Freguesia de Murça.

A minha preocupação e objetivo principal com este pedido é prestar um melhor serviço à população e não tenho dúvidas que com a mudança de instalações, a acessibilidade é um ponto fulcral na qualidade do serviço prestado.”

Votação:

Votantes	22
Abstenção	11
Contra	00
A Favor	11

Deliberação:

Votaram a favor:

Votaram contra:

Abstiveram-se:

Declaração de Voto: O Presidente da Junta de freguesia de Murça na sequência da votação apresentada disse o seguinte: *“Os motivos que aqui manifestei é pelo interesse da população de Murça. Eu fico aqui um bocado desiludido, pelos meus colegas Presidentes de Junta absterem-se numa Proposta da Junta de Freguesia de Murça. Se com isto pensam que eu me vou abster ou votar contra nas propostas que possam vir aqui das Vossas Juntas de Freguesia, desenganem-se já, que eu voto a favor. O que eu quero é o bem das Vossas populações. Agora, esta falta de solidariedade dos Colegas Presidentes de Junta, que aqui, hoje, está a acontecer, é a primeira vez, nesta Assembleia Municipal.”*

6 - Candidatura “Passadiços do Tinhela” - Submissão de Candidatura e reconhecimento de Interesse Municipal para as populações e para a economia local.

(Alínea ccc) do nº 1 do artigo 33 da lei nº 75/2013, de 12 setembro)

- O deputado do PS, Arménio Ribeiro, refere que, dado que este projeto vem reformular um outro apresentado em 2019 - Trilhos do Fidalgo, questionou porque é que aumentou a dotação financeira. Disse que obviamente votarão sim, porque entendem ser um bom projeto, mais completo, com um nome que lhe parece mais apelativo e em que o interesse municipal se aplica e enquadra. Contudo,

pela análise que fez, lhe parece ficar a faltar uma ligação ao Rebelos, que poderá ficar para uma próxima fase, pois considera a ligação à área de lazer dos Rebelos essenciais.

- O Presidente da Câmara Municipal, Mário Artur Lopes, disse ficar agradado por gostarem da mudança do nome e do projeto e que com certeza há de haver mais fases. Esclareceu que a verba atual é de aproximadamente 170 mil euros e a comparticipação é de 80%. Referiu que foram alterados vários aspetos do projeto, aproveitando as novas condições, deixando cair a candidatura antiga, para se poder substituir por esta. Reitera que se fala muito de Passadiços e sem querer imitar ninguém, reconhece que com aquele terreno que se comprou junto à ponte, pode-se fazer uma descida com outra panorâmica, numa zona mais soalheira, atraindo a vinda das pessoas.

Concluiu referindo, que o que está em causa neste ponto, é reconhecer o Interesse Público Municipal, para que a Candidatura possa ser instruída com toda a documentação exigida.

- O Presidente da Assembleia Municipal, António Augusto Ribeiro, complementou, defendendo que esta fase possa ser o ponto de partida, para que no futuro os Passadiços do Tinhela, tenham início na Ponte Nova ou na Ponte Romana, indo até à Ponte de Carlão que também é uma Ponte Romana. Porque se os Passadiços do Paiva têm uma tão grande afluência de pessoas, também nós os teríamos dada a beleza da paisagem do Tinhela.

- O deputado do PSD, Carlos Silva, disse congratular-se com esta candidatura, referindo que Murça é uma terra privilegiada em paisagem, mas lembrou que não é só o Tinhela, o Concelho tem lindas paisagens, nomeadamente a Praia Fluvial de Penabeice, assim como tantos outros locais e monumentos que existem e que poderiam ser bem aproveitadas, pois são locais turísticos por excelência.

Votação:

Votantes	22
Abstenção	00
Contra	00
A Favor	22

Deliberação: aprovada por unanimidade

Votaram a favor:

Votaram contra:

Abstiveram-se:

Declaração de Voto:

//

Período de Intervenção do Público

- A cidadã, Prof.ª Isabel Breia, cumprimentou todos os presentes e leu uma pequena nota que se transcreve:

“Começo estas palavras a parabenizar o Sr. Presidente da Assembleia pela descentralização das Assembleias Municipais, um sinal significativo da preocupação com a proximidade das populações. De modo particular, para mim, Dra. Marcia Cruz e para a Dra. Susana Saborano, ambas a residir em Murça, é um privilégio estar a tomar parte desta sessão.

Também uso desta oportunidade para parabenizar o Sr. Presidente da União de Freguesias de Noura-Palheiros, pelo acolhimento desta assembleia municipal e pela “abertura de caminhos” a outras instituições e/ou grupos possam recebê-las.

A equipa do REDUF (Eu, Isabel Breia, a Doutora Márcia Cruz e Dr.ª Susana) vêm convidá-los a visitar a Exposição “Luces De Alén Mar” que retrata o trabalho de beneméritos da Galiza, que emigraram para a América e que contribuíram para a construção de escolas na Galiza, num momento em que o Estado não investia em educação, havia imenso analfabetismo e muita pobreza. A exposição está patente até ao dia 31 de março no CITRIME.

Para além, a equipa do CITRIME Murça, desafia os Senhores Presidentes das Juntas e Uniões de Freguesia a reunirem esforços para que seus residentes conheçam a exposição, vivenciem momentos de partilha de saberes, memórias e experiências.

Bem hajam!”

//

APROVAÇÃO EM MINUTA

(Art. 44º do Regimento)

4 - Proposta GAP2/2020 - Tarifário Social de Ajustamento ao Tarifário de Referência aplicável ao Município de Murça;

(nos termos do disposto na alínea k) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro).

5 - Proposta GAP8/2020 - Celebração de contrato de comodato com a Junta de Freguesia de Murça;

(Alínea j), do nº 1, do art.º 25º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro)

6 - Candidatura “Passadiços do Tinhela” - Submissão de Candidatura e reconhecimento de Interesse Municipal para as populações e para a economia local.

(Alínea ccc) do nº 1 do artigo 33 da lei nº 75/2013, de 12 de setembro)

Votação:

Votantes	22
Contra	00
Abstenções	00
A Favor	22

Deliberação: Aprovada por unanimidade

Votaram a favor:

Votaram contra:

Abstiveram-se:

Declaração de Voto:

//

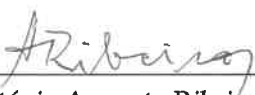
ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS

(Alínea c) do nº2 do artº 9º do Regimento)

- O Presidente da Assembleia Municipal, António Augusto Ribeiro, deu por encerrada a sessão, agradecendo a presença e o contributo de todos.

Os trabalhos encerraram às 21:00 horas da qual se lavrou a presente Ata, que depois de aprovada, vai ser assinada pelo Presidente e pela 1ª Secretária da Mesa da Assembleia Municipal.

O Presidente da Assembleia Municipal



(António Augusto Ribeiro)

A 1ª Secretária da Assembleia Municipal



(Cláudia Alexandra da Cruz O.G. e Vilaverde)

[illegible]

5067 1947 — 1215cm. 2400-1400-1372
5.4.50 = 100%
5.4.50 = 100%

